

Gestão Pública

Ano XXV / T II / R\$ 14,80 / Nº 133 / Janeiro de 2019

& Desenvolvimento

O QUE SÃO EMPRESAS ESTATAIS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA?



Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Embrapa, BNDES são alguns exemplos de empresas controladas direta ou indiretamente pela União



ENTREVISTA
MICHEL TEMER

LEGISLATIVO

Qual a contribuição dos mineiros para o Congresso?

AGENDA BRASÍLIA

CLDF garantirá governabilidade de Ibaneis Rocha

Uma leitura das ações políticas e governamentais sob a ótica da sociedade



Gestão Pública

GOVERNO  SOCIEDADE & Desenvolvimento

O cidadão elege os parlamentares e governantes.
A sociedade financia o serviço público e o desenvolvimento do país



Gestão Pública

GOVERNO • SOCIEDADE & Desenvolvimento

Fundadores

Francisco Alves de Amorim

João Batista Cascudo Rodrigues (In Memoriam)

Conselho Editorial

Francisco Alves de Amorim – Presidente

Ricardo Wahrendor Caldas – Professor – UnB

João Bezerra Magalhães Neto – Administrador

José Osmar Monte Rocha – Professor
universitário e Auditor/MF (Aposentado)

Diretor de Comunicação e Distribuição

Geilson Barros Coelho

Diretora Administrativa

Mirielle Fideles Alves Coelho

Diretor Nacional de Comunicação

Dantas Filho

Departamento Jurídico

Ramiro Laterça de Almeida

Relações Institucionais

Eraldo Pinheiro de Andrade

Editor-Chefe

Guilherme Vicente

Jornalistas

Bárbara Mattar, Guilherme Vicente, Wallinson Lenadro

Editor de arte/Diagramação

Elton Mark

Colaboradores/articulas

Carlos Cardoso de Oliveira Júnior, Hulda Rode,

Marcelo Gomes, Roseann Kennedy

Revisão

Ana Seidl

Editor de Fotografia

Luiz Antônio

Atendimento e Redação

revistagestaopublica@uol.com.br

Publicação: Mensal

Circulação: Nacional

Brasília

SCLN 104 – Bloco D – Sala 104 – 70.733-540 – Brasília-DF

Telefax.: 55.61. 32016018 – 9972 6018

Site: www.revistagestaopublica.com.br

Sucursal São Paulo

Diretor: Cristovan Grazina (licenciado)

Diretor comercial: Nilton Zanca

Diretor Região Norte: Edson Oliveira

Secretário-Executivo: Luiz Alberto Corrêa

Rua Anhanguera 697 – Barra Funda – SP

CEP: 01.135.000

Representantes

Belo Horizonte/MG – Márcio Lima -Tel.: 319986-4986

Rio de Janeiro/RJ – Rizio Barbosa – Tel.: 21 2222-2414

Natal/RN – Tania Mendes -Tel.: 84 9991 1111

Salvador/BA – Eliezer Varjão – Tel.: 71 91650547

ISSN 0103-7323

Registrado no 1º. Ofício de Registro Cível das
Pessoas Naturais e Jurídicas – Brasília- DF

As matérias assinadas são de responsabilidade dos
autores. São reservados os direitos inclusive os de
tradução. É permitida a citação das matérias, desde
que identificada a fonte.

CARTA AO LEITOR

2018 foi um ano intenso, marcado por escândalos de corrupção, que não são exclusivos deste ou daquela legenda partidária. Dos 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas 2 – PCO e PSTU – não possuem nenhum membro partícipe de qualquer esquema fraudulento de dinheiro público. Vimos um ex-presidente da República ser condenado, preso e impedido de disputar o seu terceiro mandato. Foi o processo eleitoral onde houve o maior engajamento social depois das Diretas Já.

O resultado, esperado por uns, temido por outros, mostra que o brasileiro está querendo mudança. Esta mudança é resultado de um processo que começou ainda em 2013, com um levante popular contra governos municipais e estaduais, e que pouco tempo depois bateu à porta dos deputados, senadores e da presidência da República, na época ocupada por uma mulher, a primeira da história política brasileira. Dilma Rousseff foi reeleita e, pouco tempo depois, deposta por um processo de Impeachment, dando lugar ao seu vice, Michel Temer, que por dois anos tentou implementar uma agenda de mudanças com o objetivo de tirar o país do estado de recessão que se encontrava.

Temer até tentou, propôs uma reforma trabalhista e outra previdenciária. A primeira passou, não do jeito que o chefe do executivo esperava, mas passou. Já a segunda vem sendo empurrada desde então e será uma das heranças que receberá o novo presidente, Jair Bolsonaro, que chega ao poder com o dever de atender aos anseios de uma sociedade que está cansada do caos político e econômico que paira sobre o Brasil, mas que não quer ter os seus direitos suprimidos para isso.

Nesta Edição de Gestão Pública e Desenvolvimento você vai conhecer as principais empresas públicas brasileiras, algumas associadas aos recentes escândalos de corrupção, e entender o papel delas para o país e para a sociedade como um todo. Vamos discutir também um tema que tem sido motivo de preocupação nos últimos dias, quais os riscos de se judicializar a política e de se politizar a justiça. Além disso vamos mostrar, didaticamente, quais contribuições a bancada mineira, segunda maior na Câmara Federal, pode trazer para o futuro presidente. No Distrito Federal vamos falar da base sólida que o governo Ibaneis terá a partir do dia 1º, dos 24 deputados, entre eleitos e reeleitos, 14 declararam abertamente apoiar o governador.

Enfrentar a criminalidade, privatizar empresas que não geram lucros a União e nem valor público aos cidadãos são prioridades para o futuro governo Federal e serão temas trabalhados já nos primeiros dias da próxima gestão. Todavia, é preciso cautela antes de passar a iniciativa privada aquilo que representa a garantia da soberania nacional. Algumas das estatais brasileiras figuram entre as empresas mais importantes do mundo. A Embrapa, responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do campo, é uma delas, e produz soluções que são utilizadas dentro e fora do Brasil.

Em 2019 esperamos a busca incessante por equilíbrio e crescimento. O Brasil não pode continuar parado, é preciso voltar a caminhar em direção ao futuro, e o futuro depende de decisões inteligentes.

Boa leitura!

Guilherme Vicente, Editor Chefe



FILIAO



PARCEIRO INSTITUCIONAL



Colaboração:

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO



Editada por:



NESTA EDIÇÃO



MATÉRIA DE CAPA

22 GESTÃO PÚBLICA:

O que são empresas estatais e sociedade de economia mista?



6 ENTREVISTA MICHEL TEMER

SEÇÕES

14 ESPLANADA EM FOCO

36 POLÍTICA E PODER

37 ARTIGO HULDA RODE O que buscamos para 2019?

49 CURSOS E EVENTOS

50 ARTIGO CARLOS CARDOSO DE OLIVEIRA JÚNIOR O governo Bolsonaro conseguirá reduzir a criminalidade?

52 PRÊMIOS E PUBLICAÇÕES

CADERNO CONGRESSO

16 VOTAÇÃO

Qual a contribuição dos mineiros para o Congresso?



22 INVESTIMENTOS

Congresso aprova orçamento para 2019 em R\$ 3,38 trilhões



CADERNO JUDICIÁRIO

38 JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

O STF está tomando o lugar do Poder Legislativo?



AGENDA BRASÍLIA

44 LEGISLATIVO

CLDF garantirá governabilidade de Ibaneis Rocha





“Eu sinto muito orgulho de ter podido, num dado momento, saído lá do interior de São Paulo, de uma cidade pequena, e ter servido ao meu país em vários momentos e particularmente agora como presidente da República.”

● **Roseann Kennedy**
TV BRASIL

O Presidente da república, Michel Temer, recebeu a equipe do programa *Conversa com Roseann Kennedy*, produzido pela Tv Brasil e conversou sobre sua gestão e traçou cenários dos desafios políticos do próximo ano. Temer, que além da longa história na carreira pública, governou o Brasil por dois anos e oito meses e acredita que o próximo presidente, Jair Bolsonaro, terá facilidade em aprovar pautas importantes para o país junto ao Congresso Nacional.

Sobre o presidente eleito, Michel Temer é enfático em falar sobre seus atributos, mas reafirma: “É fundamental ter humildade, cordialidade, temperança e equilíbrio para governar um país com tanta diversidade como o Brasil.”

Para Temer, sua saída será com a consciência limpa e com a certeza de o

povo brasileiro já consegue reconhecer os benefícios das suas medidas políticas para o desenvolvimento do Estado.

QUAL O LEGADO QUE O SENHOR ACREDITA QUE VAI DEIXAR PARA O PAÍS APÓS SUA SAÍDA DA PRESIDÊNCIA? É NA ECONOMIA

MICHEL TEMER – Eu acho que mais do que na economia, viu? Na economia, sem dúvidas alguma. Você pegar o país com 10,28% de inflação e tê-lo trazido a menos de 4%; ter pego o país com 14,25% de juros na taxa SELIC e reduzir para 6,5%; você pegar empresas estatais praticamente desmanteladas e conseguir recuperá-las. A modernização trabalhista também tem uma conexão com a economia e você pegar e fazer uma modernização trabalhista é um grande legado, não tenha dúvidas. Mas além desses, há outros legados. Se eu pegar, por exemplo, o tema do Meio Ambiente, é possível

afirmar que nós aumentamos substancialmente todas as áreas de preservação ambiental no Brasil; só em matéria de preservação das áreas marinhas, nós fizemos o equivalente à soma dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, uma área enorme, centenas de quilômetros quadrados de preservação não só da área marinha, mas também da terrestre. Na área social, veja o que fizemos no caso do Bolsa Família: há mais de dois anos não se dava aumento para os beneficiários. Nós demos dois aumentos acima da inflação e mais ainda, como nós sabemos que o Bolsa Família é um sistema que nós preservamos do governo anterior, mas era preciso algo a mais visando a inclusão social e isso foi feito através do programa que nós lançamos chamado “Progredir”, cujo objetivo é dar emprego aos filhos daqueles que ganham o Bolsa Família, essa é a verdadeira inclusão. Acho que a essa altura, se não me engano, existem





mais de duzentos mil jovens que já estão contratados. Ainda falando do meio social, muitos também puderam desfrutar dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia e do PIS/PASEP. Somando os 44 bilhões do FGTS, que atingiu mais de 25 milhões de trabalhadores, e quase 20 bilhões do PIS/PASEP, são 64 bilhões que nós colocamos na economia para aqueles que trabalham. Então nós temos muitos legados deixados para falar aqui.

O SENHOR FALOU DA QUESTÃO DA RECUPERAÇÃO DAS ESTATAIS. COMO O SENHOR ENTREGA ESSAS ESTATAIS PARA O PRÓXIMO GOVERNO?

MICHEL TEMER – Recuperadas. Vou dar como exemplo a Petrobras, que é um símbolo nacional e orgulho do nosso país, e há quatro anos estava praticamente desmoralizada e hoje as pessoas respeitam novamente a Petrobras que se recuperou extraordinariamente. De fora a parte, outras estatais também sentiram a mudança. No caso de Furnas, o lucro antes girava em torno de duzentos milhões de reais e hoje chega aos dois bilhões; isso em um ano e meio com tudo o que foi feito no nosso governo. Se formos falar no Banco do Brasil, quando nós chegamos ao governo o valor de uma ação estava quinze reais e hoje chega aos quarenta reais. Isso significa valorização do patrimônio público.

OS CRÍTICOS DA SUA GESTÃO SEMPRE DISSERAM QUE AS MEDIDAS ECONÔMICAS ADO- TADAS NO SEU GOVERNO

“ É preciso mudar essa cultura de, durante esse período, falsear informações e dados em função das eleições. ”

CAUSARIAM PREJUÍZOS NA ÁREA SOCIAL. O SENHOR ESTÁ SATISFEITO COM O RESULTADO QUE APRESENTA NA ÁREA SOCIAL?

MICHEL TEMER – Nós temos que caminhar muito mais ainda, mas eu estou satisfeitiíssimo. Vou dar um exemplo DISSO: quando nós propusemos a emenda constitucional do teto de gastos públicos, que parte de uma concepção muito trivial de não gastar além daquilo que ganha e no Estado não é diferente, não se pode gastar mais do que arrecada. Se isso acontece, você cria um problema para o país e aumenta a dívida pública. Esse ano o déficit estimado era de cento e cinquenta bilhões; nós fizemos tudo o que tínhamos que fazer e estamos economizando cerca de vinte e cinco bilhões.

ENTÃO ISSO PERMITIU QUE O SENHOR ATINGISSE O ESPERADO PARA A ÁREA SOCIAL?

MICHEL TEMER – Sim, sem dúvida algum. Para continuar na questão da área social, quando você reduz a inflação, qual é a repercussão para quem é assalariado? O salário fica mais valorizado, diferente de uma inflação galopante

que desvaloriza o salário. Tudo isso é fruto de uma conjunção governamental que envolve economia de um lado e que tem repercussão na área social do outro lado.

NO CALOR DO PERÍODO ELEITORAL DE 2018, EM DETERMINADO MOMENTO PROPAGOU-SE A IDEIA DE QUE O PAÍS ENFRENTA RISCO DE CRISE CAMBIAL. ISSO NÃO OCORREU. O QUE O SENHOR DIRIA HOJE A ESSAS PESSOAS QUE TRAÇARAM ESSE CENÁRIO?

MICHEL TEMER – Eles erraram; erraram profundamente, erraram em função do pleito eleitoral. É preciso mudar essa cultura de, durante esse período, falsear informações e dados em função das eleições. Vale salientar que hoje, além da questão cambial, a bolsa de valores está batendo oitenta e nove pontos e isso foi alcançado no nosso governo. Houve momentos que estávamos com cerca de sessenta pontos e subimos para oitenta e seis, tivemos uma queda e agora estamos em alta novamente; o que significa crença na economia. Fruto das reformas que nós fizemos, isso deu bastante credibilidade ao setor produtivo do país.

PARTE DA SUA AGENDA FOI INCORPORADA PELO NOVO GOVERNO QUE VAI ASSUMIR EM JANEIRO, A EXEMPLO DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA, AS PRIVATIZAÇÕES. ALÉM DISSO, PARTE DA SUA EQUIPE MINISTERIAL TAMBÉM VAI INTEGRAR NOVOS GOVERNOS, COMO SÃO PAULO, DISTRITO FEDERAL E O DO PRÓPRIO PRESI-



Michel Temer, há dois anos e oito meses como chefe do executivo, afirma que não sentirá saudades da presidência. “Agora vou viver comigo mesmo.”

DENTE ELEITO, JAIR BOLSONARO. O SENHOR AFIRMOU QUE ISSO É O RECONHECIMENTO DE QUE SUAS PROPOSTAS E SUA EQUIPE ERAM BOAS. NO ENTANTO, O SENHOR VAI TERMINANDO O MANDATO COMO UM DOS PRESIDENTES MAIS IMPOPULAR DA HISTÓRIA DO BRASIL. O SENHOR TEM ESPERADO DE QUE, EM ALGUM MOMENTO, A POPULAÇÃO ANALISE DE OUTRA FORMA?

MICHEL TEMER – Eu tenho sim. Mas isso não me incomoda, porque eu fiz políticas que de Estado e não

de governo. Se eu fizesse política de governo eu não proporia, por exemplo, teto de gastos de públicos; eu iria tomar medidas populistas que por muito tempo foram tomadas no passado e que causaram o prejuízo que se viu no país. Quando eu assumi em Maio de 2016, o PIB estava negativo em 5,9%, em Dezembro estava negativo em 3,6% e em 2017 subiu para 1% positivo; fruto de políticas não populistas, que pensavam no país e é isso que eu chamo de política de Estado. Nós estamos cientes de que o governo Bolsonaro deve seguir na

“Montamos uma equipe tão produtiva, eficiente e eficaz que os governos estaduais, federais e distritais estão chamando os nossos ministros para exercitar a arte de governar.”



mesma linha; esse é o indicado, até mesmo com essa chamada de pessoas do governo, secretários executivos, o que significa o reconhecimento do nosso governo e da nossa equipe. Montamos uma equipe tão produtiva, eficiente e eficaz que os governos estaduais, federais e distritais estão chamando os nossos ministros para exercitar a arte de governar. Eu costumo brincar porque, na verdade, eu tinha 4% de popularidade e agora foi pra 8%, ou seja, aumentou em 100%. Eu acho que aos poucos vai havendo reconhecimento.

DIANTE DA IMPOPULARIDADE QUE EXISTIU, O SENHOR IMAGINARIA CHEGAR NO FINAL DA GESTÃO E VER NAS REDES SOCIAIS O MOVIMENTO COM A HASHTAG “FICA TEMER”?

MICHEL TEMER – Foi extremamente simpático. É claro que essas coisas nos compensam muito, porque é sinal de que há um certo reconhecimento e é curioso, pois eu esperava isso muito tempo depois do fim do governo, mas vem vindo a partir de agora. O “Fica Temer” é uma brincadeira, mas é interessante o número de visualização, retweets e compartilhamentos. Milhares e milhares de pessoas que, apesar da brincadeira, revelam um apoio ao nosso governo.

HOVE ALGO DURANTE O SEU GOVERNO COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE TENHA GERADO ALGUMA FRUSTRAÇÃO?

MICHEL TEMER – Eu não tenho frustração porque tive pouco tempo de governo. Nós tivemos uma

“**‘Fica Temer’ é uma brincadeira, mas é interessante o número de visualização, retweets e compartilhamentos. Milhares e milhares de pessoas que, apesar da brincadeira, revelam um apoio ao nosso governo.’**”

oposição feroz no começo, mas eu fui adiante. De fora a parte, ainda, tentativas de desmoralização, tentativas de derrubar o governo, mas ainda sim não temos grandes frustrações, porque fizemos grandes reformas. Agora, faltou a reforma previdenciária e uma simplificação tributária, que estava nos meus planos e eu queria muito realizar, mas houve momentos de dificuldade através de uma trama que existiu exatamente para impedir a reforma da previdência. Eu sempre procuro denunciar isso, porque foram pessoas que tentaram parar o país, tiveram a irresponsabilidade de fazer isso. Nesse sentido, ficou uma relativa frustração, mas foi vencida pela ideia de que apesar de ter saído da pauta legislativa, ela não saiu da pauta política. Nós observamos que, passada a eleição, o que mais se fala hoje é quando será feita a reforma da

previdência e eu acredito que o novo governo terá capacidade suficiente para obter os votos na Câmara e no Senado. Então não é que eu tenha frustração; faltou tempo e condições para realizar essa reforma que é fundamental para o país.

O GRAMPO DE JONES BATISTA COM DENÚNCIAS QUE ATINGIAM O SENHOR E PARTE DA SUA EQUIPE MINISTERIAL FOI O QUE ATRAPALHOU E NÃO PERMITIU A VOTAÇÃO DESSA REFORMA?

MICHEL TEMER – Olha, a trama está exatamente aí. Foi tudo preparado e hoje eu digo com a maior tranquilidade porque, na verdade, nessa gravação inventaram uma frase que não existe e essa frase foi divulgada com uma força e com uma tal velocidade, especialmente por um grupo interessado nessa divulgação, que ela pegou. E ela é falsa! Era uma frase na qual um senhor dizia pra mim: “Eu estou de bem com ele” e eu respondi: “Mantenha isso”. Inventaram uma frase diferente: “Dê dinheiro para manter o silêncio...”. Não existe essa frase. Isso foi fruto de uma campanha deliberada para tentar derrubar o governo. Não conseguiram. Esse é o primeiro ponto, mas o tempo mostrou a verdade. O meu detrator, que foi lá e gravou o presidente da república, foi preso por conta de uma gravação inadequada que fez com os seus auxiliares, o procurador da JBS acabou sendo denunciado pelo próprio Ministério Público. Então, o tempo foi resolvendo essas questões. Não resolveu por definitivo, pois montou-se uma trama que subsiste até hoje, mas foi, de fato, um dos fatores fundamentais

para tentar paralisar a reforma da previdência, e paralisou-se, e também atrapalhar o país.

O PRÓXIMO GOVERNO ESTÁ MONTANDO UMA EQUIPE SEM INDICAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS, SEM “TOMA-LÁ-DÁ-CÁ”. O CONGRESSO ESTÁ PREPARADO PARA ABSORVER ESSE TIPO DE POLÍTICA?

MICHEL TEMER – Eu acho que sim. Eu fiz um governo quase semi-presencialista (sic), porque eu chamei muita gente do Congresso Nacional, que foi o que permitiu chegar, graças a Deus, com sucesso até aqui. Mas cada momento histórico é um momento histórico e cada governo é um governo e eu não acredito que o fato de não chamar parlamentares, que aliás ele tem feito; tá aí o Onyx Lorenzoni, o Osmar Terra; então de alguma maneira tem chamado. Mas se a composição do governo não for só por parlamentares, isso não irá ofender o Congresso não. O Congresso Nacional por mais que se queira criticá-lo, tem consciência das necessidades do país; então quando o governo propuser as medidas fundamentais para a governabilidade e para o Estado brasileiro, tenho certeza de que o Congresso vai aprovar, não vai atrapalhar.

PELA EXPERIÊNCIA QUE O SENHOR TEM, NÃO SÓ NESSA RELAÇÃO PLANALTO-CONGRESSO, MAS EM TODOS OS SEUS ANOS NA CÂMARA, INCLUSIVE COMO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUAL É A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DO IMPACTO



“Eu costumo brincar que comecei com 4% de popularidade e terminei com 8%. Isso é um aumento de 100%. Aos poucos vai havendo reconhecimento”, diz Temer sobre a hashtag “Fica Temer”.



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



QUE PODE HAVER DA RELAÇÃO DE PLANALTO E CÂMARA/SENADO, DIANTE DO FATO DE QUE 50% DA CASA ESTÁ RENOVADA?

MICHEL TEMER – Olha, a renovação sempre esteve entre 30% e 40%, mas agora a renovação se deu com pessoas que jamais estiveram no legislativo, mas eles logo aprendem. No sentido positivo, é claro. Eles fizeram campanha, tiveram contato com as necessidades do seu eleitorado, do povo que vão representar na Câmara e no Senado, então eu tenho certeza de que em pouquíssimo tempo se aclimatarão ao ambiente do Congresso Nacional e preocupados que estarão todos com o destino do país, eu reitero que eles votarão positivamente as matérias que interessarem ao povo brasileiro.

QUAL O SENHOR ACHA QUE SERÁ A MAIOR DIFICULDADE DO PRESIDENTE ELEITO JARI BOLSONARO:

MICHEL TEMER – Eu acho que, aparentemente, seria a relação com o Congresso, mas eu vejo que ele está chamando as bancadas, está tendo contato com elas e eu penso no tocante a isso não haverá dificuldades. Por outro lado, o Brasil sempre praticou uma política universalista, nós nunca nos pautamos por ideologias e o governo passado pautava-se por ideologias e por isso a relação com Estados era baseada em uma ideologia. Eu eliminei isso e adotei a institucionalidade, ou seja, a relação é de país com país, não importa qual seja a ideologia e eu acho que o presidente Bolsonaro não vai adotar a

mesma regração (sic), nesta política universalista que nós temos no plano internacional.

MUITO SE FALA DAS QUESTÕES IDEOLÓGICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. O SENHOR PAUTOU ESSA ÁREA NO SEU GOVERNO COM RELAÇÕES MULTILATERAIS. O GOVERNO BOLSONARO JÁ FAZ UM NOVO DESENHO, DE UMA APROXIMAÇÃO MAIOR COM OS ESTADOS UNIDOS, RETICENTE EM RELAÇÃO AO ACORDO DE PARIS E COM PREVISÃO DE MUDAR A EMBAIXADA DE ISRAEL. QUAL A ANÁLISE QUE O SENHOR FAZ DISSO? É POSITIVO ESSE MOVIMENTO OU GERA RISCOS PARA O BRASIL?

MICHEL TEMER – Como eu disse, cada governo é um governo. Eu acho que a questão do multilateralismo é uma exigência da globalização e agora estando, recentemente, no G20 e no BRICS, eu sustentei o multilateralismo, porque em face da globalização você não tem como lançar políticas isolacionistas. Eu não sei se os Estados Unidos podem fazer isso, pois é um país poderoso, mas nós não temos o mesmo poder nem econômico, nem político, nem internacional. Então, temos que adotar o multilateralismo. Eu penso que o presidente Bolsonaro vai acabar adotando essa fórmula de universalizar as relações com vários países.

MUITOS PENSAM QUE AO ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A PESSOA TORNA-SE A MAIS PODEROSA, MAS NÓS SABEMOS QUE NÃO É BEM ASSIM. O QUE MAIS TE DECEPCIONOU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA?

MICHEL TEMER – Eu tive uma vida universitária, profissional, política e pública de muita tranquilidade. Mas quando eu cheguei à presidência da República, em face de tudo o que eu já relatei aqui, tentaram desastrar minha vida e isso foi algo que me incomodou muito. Muito porque não era uma luta política, mas uma luta de natureza moral e falsa, agressivamente mentirosa; isso que me decepcionou muito. No mais, eu sinto muito orgulho de ter podido, num dado momento, saído lá do interior de São Paulo, de uma cidade pequena, e ter servido ao meu país em vários momentos e particularmente agora como presidente da República.

“Nós observamos que, passada a eleição, o que mais se fala hoje é quando será feita a reforma da previdência e eu acredito que o novo governo terá capacidade suficiente para obter os votos na Câmara e no Senado.”

QUAL O CONSELHO QUE O SENHOR DARIA A JAIR BOLSONARO?

MICHEL TEMER – Humildade. Mas eu dou esse conselho reconhecendo que ele é uma pessoa humilde. Humildade, cordialidade, temperança, equilíbrio são fundamentais para quem vai dirigir um país com a diversidade que existe no Brasil. Se eu não tivesse essas características, imagine quão difícil seria sustentar as agressões que um presidente naturalmente sofre. Mas eu tenho certeza o presidente Bolsonaro tem esses atributos e vai leva-los adiante.

A PARTIR DO DIA 1º DE JANEIRO, QUANDO O SENHOR PASSAR A FAIXA PARA JAIR BOLSONARO, O QUE O SENHOR VAI FAZER?

MICHEL TEMER – Eu vou viver comigo mesmo. Há muito tempo eu não vivo comigo mesmo, estou

sempre com os outros. Vou voltar para a minha profissão, sou da área jurídica, e se for possível, irei exercitá-la. Vou voltar para São Paulo.

VAI VOLTAR A ESCREVER SEUS LIVROS DE POESIA? FOI ISSO QUE O SENHOR SENTIU FALTA NO EXERCÍCIO DO CARGO?

MICHEL TEMER – Sem dúvidas. Isso eu preciso muito, vou voltar a escrever. De alguma maneira foi sim do que eu senti falta, porque aqui a gente trabalha, no meu caso, de oito horas da manhã até onze horas da noite e claro que seus pensamentos estão todos voltados para as questões nacionais, internacionais e vários outros problemas. E não sobra muito espaço mental para você elaborar um escrito qualquer, seja técnico, de ficção ou poesia.

DEPOIS DESSE PERÍODO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, QUAL O SENTIMENTO QUE O SENHOR LEVA?

MICHEL TEMER – Um sentimento de realização. Depois de tudo o que eu fiz na vida, de todos os setores, intimamente eu sinto que desempenhei um bom papel, que pode até não ser reconhecido e isso não me importa, mas pessoalmente eu sinto que desempenhei bem esse papel para o meu país e para o meu espírito.

VAI SENTIR SAUDADES?

MICHEL TEMER – Acho que não. A vida é assim: cada momento é um momento. Você não pode prender-se ao passado; você tem que prender-se ao que vai acontecer. ●



ESPLANADA EM FOCO

Jéssica Pizza/Folha Press



“[O MEC tornou] os brasileiros reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de “revolução cultural gramsciana”, com toda a coorte de invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero, a dialética do “nós contra eles” e uma reescrita da história em função dos interesses dos denominados “intelectuais orgânicos”, destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em soma, do patriotismo”

Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, critica o atual modelo educacional em uma publicação no seu blog pessoal.

Antonio Cruz/Agência Brasil



“Temos que fazer justiça. Tem muitos índios que precisam aumentar suas terras para ter dignidade para viver, mas temos que achar um meio de não se judicializar. Há muita terra no Brasil, precisamos de mais diálogo, menos ideologia e mais resultado”

Tereza Cristina, deputada federal (DEM-MS) e futura ministra da Agricultura, em coletiva de imprensa.

“Temos dois grandes eixos de atuação: o de melhoria na gestão pública e o de combate à corrupção. Combate à corrupção a gente trabalha em articulação com outros órgãos de defesa do Estado, e a melhoria da gestão tem atuação diretamente nos ministérios gestores dos recursos públicos”

Wagner Rosário, ministro da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), em entrevista ao jornal Estado de São Paulo.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

“Vamos unir, finalmente, as políticas nacionais de desenvolvimento regional e urbano. Afinal de contas, não há 1 m² neste país que não tem um município, que não pertença a um município. Eu tenho certeza de que essas políticas associadas vão trazer muito mais benefício à população e às regiões”

Gustavo Canuto, ministro do Desenvolvimento Regional, em declaração após anúncio do seu nome para a pasta



José Cruz/Agência Brasil



“O governo pretende fazer a máquina funcionar em benefício do cidadão. Em curto prazo, vamos atacar a área da saúde, começando pelos hospitais com gestão federal no Rio de Janeiro, que é uma caixa de ressonância importante para o Brasil. O que fizermos no Rio será paradigma para o Brasil”

Gustavo Bebianno, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, comenta as primeiras medidas a serem adotadas pelo governo Bolsonaro, em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo.

Reprodução/Agência Câmara



“Praticamente todo o setor organizado (estava presente). Dos enfermeiros, dos médicos, de todas as demais profissões (...). Tiveram, pela primeira vez, um presidente que chamou o setor, dialogou com o setor para que a gente possa iniciar os trabalhos de recuperação da saúde brasileira”

Luiz Henrique Mandetta, ministro da Saúde, comenta como aconteceu a indicação de seu nome para a pasta, em coletiva de imprensa.



Qual a contribuição dos mineiros para o Congresso?

Pautas latentes para serem discutidas na Câmara e no Senado também estão na mira da bancada mineira.





Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



● Marcelo Gomes

Uma população de aproximadamente 21 milhões de pessoas, conforme o IBGE, torna Minas Gerais o segundo maior estado do País, em termos de habitantes. Uma vez que a Constituição Federal determina que o número de deputados federais seja proporcional à população, os mineiros ficam na vice-liderança no quesito representatividade na Câmara. A liderança é dos paulistas, com 70 deputados. Os mineiros possuem 53; isso sem contar com o número fixo de senadores para cada estado, três. Esses 56 congressistas eleitos por Minas, grande parte já de casa, não possuem posições políticas claras, a fim de sabermos quem

são, por exemplo, aqueles cuja atuação é por mais ou menos Estado. Essa situação, talvez, é a principal contribuição de Minas para o Congresso; além disso, é similar aos resultados eleitorais do País afora, fato que pode atrapalhar a governabilidade do futuro presidente Bolsonaro.

Informações da Câmara mostram que desde a primeira Legislatura do Poder Legislativo Nacional, em 1826, a influência miniera é evidente. Dos 52 legisladores da época a maior bancada era a mineira, com 12 políticos. Esses parlamentares, em sua maioria, eram bacharéis em Direito e funcionários de estado, e, atuavam, em especial, pelos interesses da então elite rural. Apesar de ainda advogarem interesses, atualmente não se consegue definir, de

**INFORMAÇÕES DA
CÂMARA MOSTRAM
QUE DESDE A PRIMEIRA
LEGISLATURA DO PODER
LEGISLATIVO NACIONAL,
EM 1826, A INFLUÊNCIA
MINIERA É EVIDENTE**

uma maneira clara, quem são aqueles que defendem determinadas pautas. Esse fenômeno pode ter duas causas: o multipartidarismo, em que se cria um partido para cada visão política existente na sociedade; e a individualização do voto.



Para o cientista político e professor da UFMG, Bruno Reis, os parlamentares podem sofrer influência de seus financiadores ao analisar as pautas em votação no Congresso.

Em sua maioria o brasileiro não escolhe programas ou visões políticas, e sim candidatos. “Com essa pulverização do voto, o número de partidos cresce e ficam enfraquecidos”, afirma o cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Bruno Reis. Segundo ele, tais aspectos são fenômenos nacionais, sentido fortemente em Minas Gerais.

O estado elegeu deputados e senadores de 20 legendas, três a mais das que representam Minas no momento. Em nível nacional são 25 partidos atuantes. Na próxima Legislatura serão 30. A segmentação partidária também pode ser uma contribuição do estado mineiro para o Congresso Nacional.

Assim como o restante dos brasileiros os mineiros empossaram PT e PSL como detentores do maior número de deputados. Dos 53 políticos mineiros, oito são petistas; seis do PSL. “A colcha de retalhos para ter maioria nas votações fica ainda mais complexa. O PT, maior partido a partir

ASSIM COMO O RESTANTE DOS BRASILEIROS OS MINEIROS EMPOSSARAM PT E PSL COMO DETENTORES DO MAIOR NÚMERO DE DEPUTADOS. DOS 53 POLÍTICOS MINEIROS, OITO SÃO PETISTAS; SEIS DO PSL.

do ano que vem, tem apenas 11% da Câmara”, aponta Bruno Reis.

Hoje a bancada mineira já conta com representantes dos partidos: Avante, MDB, DEM, PT, PR, PSDB, PODE, PSD, PP, PROS, PSC, PCdoB, PSL, PHS, PDT, Solidariedade. A partir de 2019, passam a integrar esse rol os partidos: Novo, PRP, PMN, PTC e DC.

No Senado, duas das três cadeiras estão com o PSDB e uma com o PTB. Na próxima Legislatura, uma continua com o esse último e as demais irão para PHS e DEM.

“Os parlamentares estão no Legislativo para representar interesses de pessoas e grupos, não o Brasil como um todo. Isso não é problema, mas seria interessante haver partidos que pudessem agregar posições similares. O verdadeiro problema é quando os congressistas começam a representar seus financiadores”, destaca o professor da UFMG.

Em Minas Gerais, assim como no Brasil, o financiamento de campanha predominante foi o público, efeito da reforma eleitoral de 2017. Essa mesma alteração determinou às pessoas físicas um teto de 10% de seus rendimentos para doações de campanhas. Já empresas, desde 2015, estão impedidas de doarem, por determinação do Supremo Tribunal Federal. Mas, qualquer pessoa física, incluindo os donos delas, podem doar.

Foi o que ocorreu em Minas, por exemplo. Algumas dezenas de candidatos vencedores receberam expressivos montantes financeiros de empresários. Levantamento feito pela reportagem mostra os três vitoriosos, cuja campanha foi bancada quase que totalmente por donos de empresas. A pesquisa foi realizada com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No primeiro lugar aparece o estreante Tiago Mitrud (Novo), o qual a campanha totalizou cerca de R\$ 658 mil. Aproximadamente 97% desse valor provém de pessoas físicas, o que corresponde a cerca de R\$ 639 mil.

Rubens Menin Teixeira de Souza, co-fundador da MRV Engenharia, doou R\$ 125 mil. José Salin Mattar



Ronaldo Almeida/shutterstock



Em Minas Gerais, assim como no Brasil, o financiamento de campanha predominante foi o público, efeito da reforma eleitoral de 2017

Junior é o segundo empresário que mais doou para a campanha de Tiago, R\$ 100 mil. Há 10 empresas no nome de Mattar, entre elas destaca-se a Localiza. Outras são no setor pecuário e petroleiro.

Em segundo lugar está o novato Lucas Gonzalez (Novo), que recebeu 89% de doações de pessoas físicas – R\$ 586 mil – em sua campanha, totalizada na casa dos R\$ 658 mil. Os principais doadores nessa seara são Rubens Menin Teixeira de Souza com 125 mil e Jose Salin Mattar Junior com 100 mil.

Em terceiro está o filho o ex-governador de Minas, Newton Cardoso Jr (MDB). R\$ 2,075 milhões foi o valor de sua campanha; 26% de todo esse dinheiro – R\$ 555 mil – são doações de pessoas físicas.

Os grandes doadores nessa modalidade foram o pai do deputado reeleito pela primeira vez e Maria de

Fátima Turano, ambos com R\$ 150 mil. Fátima é de Montes Claros (Norte de Minas) e empresária do setor de educação. Além disso, é dona de uma empresa na área de investimentos.

“Esses grandes doadores têm influência especial sobre os deputados”, afirma o cientista político e professor da UFMG, Bruno Reis.

Quais pautas deputados mineiros devem se debruçar?

As mesmas pautas, latentes para serem discutidas no âmbito nacional, são reivindicadas e deverão estar no foco de atuação da bancada de Minas a partir de 2019.

Consultamos duas pessoas da área de finanças. O primeiro é Fernando Franklin, gerente administrativo da corretora Amaril Franklin. “A primeira reivindicação do mercado financeiro é a reforma da previdência. Quando a previdência vai mal, como está, o governo gasta muito. Enquanto os

recursos poderiam ser investidos, por exemplo, em infraestrutura, melhorando o trabalho das empresas”, pontua Fernando.

Outras pautas como a redução do endividamento público por meio de privatizações, Fernando é favorável. “Com a redução da dívida pública os juros pagos ficam menores, assim sobra dinheiro para o governo investir em outras áreas. Além disso, o Brasil tem muitas empresas que muitas vezes não dão retorno, que poderiam ser privatizadas, desonerando os cofres públicos”, afirmou.

“Eu acho que os parlamentares devem focar nisso tudo. A maneira mais fácil de o governo ter dinheiro é não gastar”, aponta.

Outro ponto defendido por profissionais vinculados à economia é a taxa de lucros. Essa possibilidade em alguns setores econômicos seria viável, segundo Fernando. Porém,



Fábio Ramalho é um dos nomes cotados para assumir a presidência da Câmara Federal.

ele argumenta que no País “somente 600 CPFs são cadastrados na Bolsa de Valores, uma ínfima parcela da população”. Ele questiona se um imposto maior sobre essas pessoas seria eficaz para os desafios do Brasil na arrecadação de receitas.

O professor André Miglio, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, (BDMG) instituição pública cujo objetivo é incentivar a economia mineira, afirma que as privatizações não são necessariamente as melhores saídas. “Existe um certo monopólio do Estado em alguns setores que é saudável para atender o bem comum”, destaca.

De acordo com Miglio, para o Brasil atravessar os efeitos da recente recessão, é necessário trabalhar em torno de dois fatores: investimentos e geração de empregos. A primeira questão, para ele, deveria ocorrer entre

AINDA SOBRE PAUTAS ECONÔMICAS, A ATUAL BANCADA MINEIRA SE DIVERGIU NA APRECIÇÃO DE ALGUMAS DELAS, COMO AS PROPOSTAS DO GOVERNO AO TETO DE GASTOS E A REFORMA TRABALHISTA.

poder público e iniciativa privada, “relação que no Brasil é tradição, mas que em uma pauta liberal não é possível”.

“No Brasil o Estado precisa ser mais eficiente. Em algumas áreas ele está obeso. É necessário o Estado se

livrar dessa tamanha burocratização e ajudar o empresário na retomada econômica”, aponta André.

Ainda sobre pautas econômicas, a atual bancada mineira se divergiu na apreciação de algumas delas, como as propostas do governo ao teto de gastos e a Reforma Trabalhista. “Isso é normal, quem é governista votou a favor e quem é de oposição votou contra”, ameniza o atual líder da bancada representante de cerca de 21 milhões de mineiros na Câmara, Fábio Ramalho (MDB).

Ramalho, que foi reeleito, é um dos cotados para assumir a presidência da Câmara, posto que lhe renderia o poder de decidir o que deve ou não ser votado. Ele afirma que mesmo com divergências a atuação de toda a bancada foi produtiva. Entre os motivos para tal está a aprovação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Com isso as alíquotas sobre produtos minerários aumentariam, contribuindo com os cofres públicos dos municípios mineradores.

O parlamentar, que hoje é vice-presidente da Câmara, comemora os montantes de recursos destinados à saúde, sobretudo para os hospitais sem fins lucrativos, por meio da atuação dos mineiros no parlamento.

Como destacou, é favorável a uma reforma na previdência e à privatização de ativos “que não necessitam ser do poder público”. Outra questão duramente criticada por Ramalho é a Lei Kandir. Essa lei desonerou os estados de taxarem produtos de exportação. Conforme o governo mineiro, com essa norma, cifras na casa dos bilhões deixaram de ser arrecadados. “É um absurdo. Sou favorável à extinção dessa lei”, afirmou. ●



Congresso aprova orçamento para 2019 em R\$ 3,38 trilhões

Bolsonaro terá que ter jogo de cintura para governar com recursos limitados. Orçamento encolheu cerca de 10% em relação ao ano anterior





● Da Redação

O Congresso Nacional aprovou no último dia 19, em sessão conjunta de senadores e deputados, o projeto de lei orçamentária de 2019 (PLN 27/18), de relatoria do senador Waldemir Moka (MDB-MS). O primeiro orçamento do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), conta com a previsão de R\$ 3,381 trilhões em receitas e despesas totais.

O projeto determina que R\$ 758,7 bilhões serão utilizados para refinanciamento da dívida pública, R\$ 2,5 trilhões para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e R\$ 119,6 bilhões para investimentos. O texto prevê também um déficit de 139 bilhões nas contas da União.

De acordo com Moka, foi feito um “esforço muito grande” para evitar cortes nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Segundo o relatório, as estimativas de receitas enviadas por Michel Temer foram mantidas inalteradas. A únicas mudanças feitas na proposta do governo foi o redirecionamento de 100 milhões para o programa *Minha Casa, Minha Vida*; e a exclusão da maior parte dos recursos destinados ao programa *Bolsa Família* da despesa condicionada.

TETO E SALÁRIOS

Este é o terceiro orçamento financeiro votado pelo legislativo desde a aprovação da emenda constitucional do Teto dos Gastos, que limita o crescimento das despesas do governo federal pelos próximos 20 anos. O teto estabelecido para o ano de 2019 será de R\$ 1,4 trilhão, em 2018 o valor máximo de gastos foi afixado em R\$ 1,34 trilhão.



Luiz Macedo/Câmara dos Deputados

É O ORÇAMENTO COM O MENOR NÚMERO DE INVESTIMENTOS DESDE 2004.

De acordo com a proposta, o salário mínimo deve ser reajustado em 5,45%, passando dos atuais R\$ 954,00 para R\$ 1.006,00. O salário mínimo é utilizado como referência para despesas previdenciárias, assistenciais e trabalhistas. Cada real aumentado gera R\$ 303 milhões de gastos aos cofres públicos.

REAJUSTE DOS SERVIDORES

Apesar de tentar postergar o pagamento do reajuste salarial dos servidores públicos federais, para 2020, por meio de uma medida provisória (MP 849/18), o presidente Michel Temer enviou na proposta o

valor necessário, R\$ 4,7 bilhões, para a correção salarial. Cerca de 209 mil servidores em exercício e 163 mil inativos receberam o aumento, previstos em leis de 2016 e 2017 no próximo ano, graças a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, expedida em caráter Liminar pelo ministro Ricardo Lewandowski, que tira os efeitos da MP.

EXECUÇÃO

O novo Orçamento reflete a atual condição fiscal do país, e deve dificultar a gestão do novo governo, que operará os primeiros 12 meses de gestão com os números no limite.

O deputado Claudio Cajado (PP-BA), que é vice-líder do governo no Congresso disse que a matéria aprovada “é uma peça realista, mas que enseja uma enorme preocupação” com a futura administração. “Para tapar o rombo, o [novo] governo tem poucas opções, como implementar concessões, fazer privatizações e limitar as despesas sem aumento de impostos”, afirmou.



O senador Waldemir Moka (MDB-MS) foi o relator do orçamento e disse não ter feito alterações substanciais no texto encaminhado pelo executivo.

de acordo com o parlamentar, o baixo investimento nos últimos dois anos é resultado da política de contenção de gastos, instituída no governo Temer pela Emenda Constitucional 95. “A emenda aprofundou de forma inédita o desinvestimento. Mutilou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mutilou os programas sociais, levou a uma profunda recessão”, afirmou.

O deputado Marcondes Gadelha (PSC-PB) mostrou preocupação com o baixo volume de investimentos e chamou atenção para a “necessidade de cuidar da reforma da Previdência”. A oposição manifestou a mesma preocupação e criticou a demora em aprovar tal matéria. ●

Já para o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), o grande desafio de Bolsonaro será sustentar os programas sociais, já que não foram incluídas novas fontes de receitas, a não ser as apresentadas pela proposta recebida pelo congresso. “Não temos dinheiro suficiente para manter todos os programas na área da saúde até o final de 2019”, destacou.

INVESTIMENTOS

Os investimentos públicos terão uma queda significativa pela segunda vez consecutiva. De 2017 para 2018 os valores afixados na lei orçamentária passou de R\$ 57,6 bilhões para R\$ 46,5, cerca de -11,1%. A previsão para 2019, segundo o texto, é de R\$ 36,2 milhões, uma redução de 10,3% se comparado ao orçamento do ano passado.

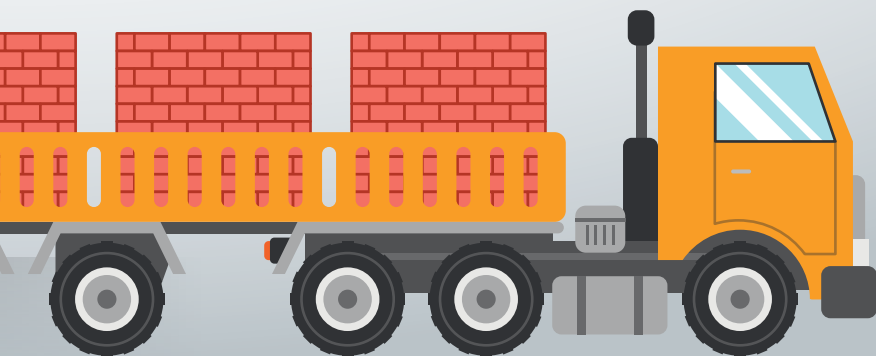
Para o deputado Afonso Florence (PT-BA) este orçamento é “muito ruim para o Brasil”. Ainda





O que são empresas estatais e sociedade de economia mista?

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Embrapa, BNDES são alguns exemplos de empresas controladas direta ou indiretamente pela União





● Da redação

Uma empresa estatal é, essencialmente, uma empresa a qual a União detém, direta ou indiretamente, a maior parte do capital volante e podem exercer atividades econômicas ou de prestação de serviços públicos.

Segundo o boletim das empresas estatais federais do Ministério do Planejamento, de setembro de 2018, o governo federal controla 138 empresas estatais, sendo 91 subsidiárias de outra estatal federal, vale dizer, o controle da União é indireto e não direto, como ocorre com as outras 47 estatais. Essas 91 subsidiárias são controladas diretamente da seguinte forma: Petrobras (36), Eletrobras (33) e Banco do Brasil (16). As outras são do BNDES (3), Caixa Econômica Federal (2) e Correios (1).

A separação das estatais em não dependentes e dependentes de recursos financeiros da União é outra discriminação relevante. Considera-se uma estatal dependente quando ela necessita de recursos da União para cobrir suas despesas de pessoal, custeio e de capital, excluindo-se, nesse último caso, os recursos provenientes de participação acionária. Portanto, as estatais dependentes não geram recursos suficientes para financiar suas despesas, necessitando da ajuda financeira da União. Dentre as 138 estatais federais, 18 são dependentes da União.

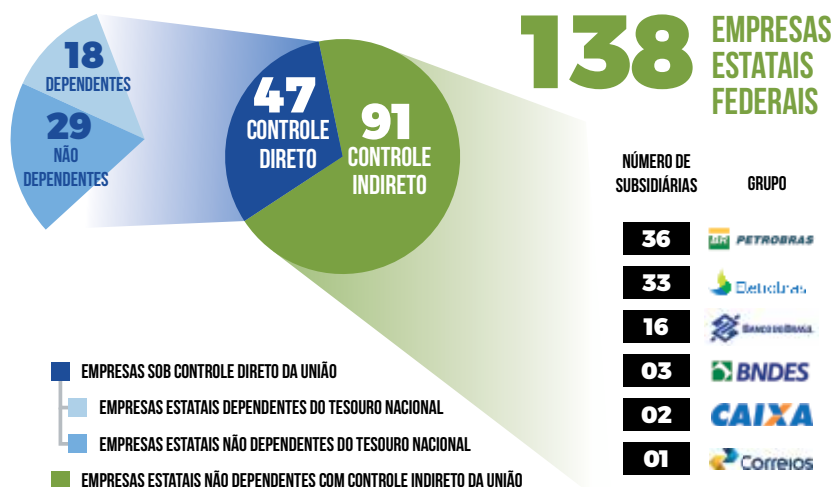
Os recursos são disponibilizados por meio de dotação de recursos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. As 120 empresas não dependentes não constam no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, pois não necessitam de recursos da União para se manterem, o que não significa



A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – é um exemplo de empresa estatal dependente do Estado

PERFIL DAS ESTATAIS

Empresas Estatais Federais – Controle Acionário Direto e Indireto



FONTE: 7º BOLETIM DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



que sempre gerem lucros ou que não recebam eventualmente aportes de capital da União. Os lucros gerados, por sua vez, podem ser revertidos para a União na forma de dividendos. A relação dessas empresas com o orçamento federal se dá por meio do Orçamento de Investimentos, embora parte delas não apareça expressamente nesse orçamento.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O Governo, por vezes, identifica situações específicas em que o interesse coletivo ou casos de segurança

nacional, o obriga a explorar diretamente uma determinada atividade econômica, coisa que ele só pode fazer por meio das sociedades de economia mista ou das empresas públicas, de acordo com o artigo 173º da Constituição Federal.

Assim, ele pode optar por constituir a sua nova empresa sob a forma de uma sociedade de economia mista, atraindo sócios do setor privado ou constituir uma empresa pública, na qual existe dependência financeira do Estado.

Segundo a diretora executiva de gestão institucional da Embrapa, Lúcia Gatto, a criação de uma empresa ou estatal pública está diretamente ligada

**A RELAÇÃO DAS
EMPRESAS ESTATAIS
COM O ORÇAMENTO
FEDERAL SE DÁ POR
MEIO DO ORÇAMENTO
DE INVESTIMENTOS,
EMBORA PARTE
DELAS NÃO APAREÇA
EXPRESSAMENTE
NESSE ORÇAMENTO.**



Empresas Estatais Federais – Área de Atuação

Petróleo, Gás e Derivados

Petrobras
BR
Bear
Brasoil
Gaspetro
Gás Brasileiro GBD
Liquigás
Logigás
PAI
PB-Log
Pebis
Pemid
PIB Col
PM
PPSA
Transpetro
Stratura Asfaltos
TAG
TBC
Pbio

Desenvolvimento Regional

Codevasf

Saúde

Ebserh
HCPA
GHC

Comunicações

ECT
EBC
Telebras

Participações

5283 Participações
BB Elo Cartões
Caixapar
Correiospar

Comércio e Serviços

Ativos Gestão
BB Cartões
BB Turismo
BB Tecnologia e Serviços
Dataprev
E-Petro
Serpro
PCEL
PEL
PFL
PIB BV
PNBV
PSPL
TI B.V.

Abastecimento

Conab
Ceagesp
Ceasaminas
Casemg

Financeiro

Ativos S.A.
BAMB
BASA
BB
BB AG
BB Consórcios
BB Investimentos
BB DTVM
BB LAM
BESCVAl
BNB
BNDES
BNDESPAR
BNDES PLC
Caixa
Emgea
Finep
Finame



Transportes

CBTU
Trensurb
Valec
Infraero

Seguros

ABGF
BB Corretora
BB Seguridade
BB Seguros
Caixa Seguridade

Portuário

CDC
Codesa
Codesp
CDP
CDRJ
Codern
Codeba

Pesquisa, Desenvolvimento e Planejamento

Amazul
Embrapa
EPE
EPL
Emgepron
CPRM

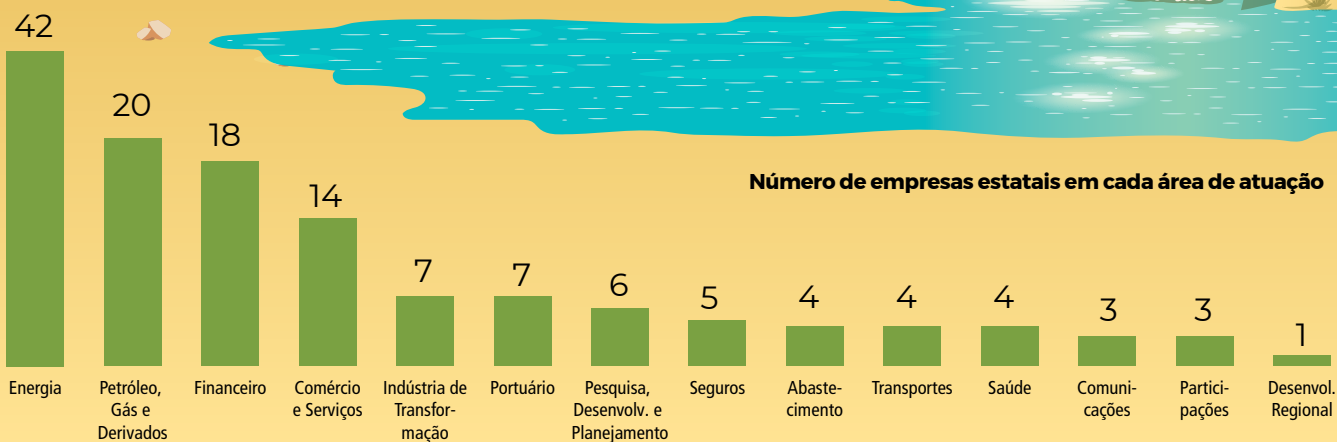
Indústria de Transformação

Araucária
Ceitec
CMB
Imbel
INB
Nuclep
Hemobrás

Energia

Eletrobras
Arara Azul
AmE
AmCT
Bentevi
Brasil Ventos
Breitener
Breitener Jaraqui
Breitener Tambaqui
BSE
CEAL
CGTEE
CHESF
EDV IX
EDV V
EDV VI
EDV VII
EDV VIII
Eletronorte
Eletronuclear
Eletrosul

Eletropar
Eólica Chuí IX
Eólica Hermenegildo I
Eólica Hermenegildo II
Eólica Hermenegildo III
Fote
Furnas
Mangue Seco 2
Ouro Verde I
Ouro Verde II
Ouro Verde III
Termobahia
Termomacaé Comercializadora
Termomacaé
TGO
TSBE
TSLE
Uirapuru
Ventos de Angelim
Ventos de Santa Rosa
Ventos de Uirapuru



Fonte: SEST/MP – Dados de Junho/2018



não somente às necessidades sociais, mas também à segurança da soberania nacional e dos seus recursos. “No caso da Embrapa, por exemplo, o Governo avaliou que a presença de sócios no negócio traria riscos para a segurança nacional e embora devesse explorar aquela atividade econômica para atender o interesse coletivo, não poderia obter lucro suficiente para manter as atividades da empresa. A pesquisa para criar conhecimentos e inovações tecnológicas que vão desenvolver a agropecuária é uma atividade de alto risco, porque nem todos os projetos de pesquisa geram resultados imediatos. Mas esta atividade precisa ter a participação do Governo, porque a agropecuária é, efetivamente, o maior negócio do Brasil. Estamos tratando, afinal, de um setor onde existe alta concorrência internacional, no qual os governos enxergam questões sensíveis à soberania nacional, relacionadas à produção de alimentos, fibras e energia. Este setor responde sozinho por quase um terço dos empregos nacionais e grande parte do dinheiro que entra no país. Se o Governo não atuar neste mercado, oferecendo alternativas de menor custo para insumos e sementes, por exemplo, poderá deixar todos os produtores brasileiros dependentes exclusivamente da tecnologia desenvolvida por empresas multinacionais, que passarão a controlar, sozinhas, o preço da produção e o lucro do produtor.”

Assim como a Embrapa, cada empresa pública tem sua área de atuação baseada nas necessidades encontradas e analisadas pelo governo, respeitando os termos de dependência ou independência financeira do poder público.



JORGE DUARTE/EMBRAPA

Lúcia Gatto, diretora executiva de gestão institucional da Embrapa, acredita que as empresas públicas devem continuar sob o poder do Governo para cumprirem seu papel na sociedade

RESULTADO LÍQUIDO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado dos conglomerados Empresas Estatais Federais, na comparação dos primeiros seis meses de 2017 com os primeiros seis meses de 2018, passou de um lucro de R\$ 17,3 bilhões para um lucro de R\$ 37,0 bilhões (aumento de 113,9%). Os conglomerados (BB, BNDES,

Caixa, Eletrobras e Petrobras) representam mais de 93% dos Ativos Totais e do Patrimônio Líquido das Estatais Federais (dados contábeis de dez/2017). Entre os grupos analisados, o maior crescimento verificado foi no Grupo Petrobras, que saiu de um lucro de R\$ 5,1 bilhões, no primeiro semestre de 2017, para um lucro de R\$ 16,8 bilhões no primeiro semestre de 2018 (aumento

de 229,8%). Considerando-se as empresas do Setor Produtivo, do Setor Financeiro e as Dependentes, na comparação do ano de 2016 com o ano de 2017, o resultado passou de um lucro de R\$ 4,6 bilhões para um lucro de R\$ 25,0 bilhões (aumento de 447,6%; R\$ 20,46 bilhões). Todo esse aumento teve influência direta nos valores de mercado dessas empresas estatais nas bolsas de valores de todo o mundo.

Lúcia Gatto afirma que a boa gestão das pessoas nas empresas estatais deve ter sempre como meta a produtividade e a qualidade dos resultados para assim gerar impactos positivos para a sociedade e cumprir seu papel no Estado. “Estes impactos diretos e os benefícios gerados a partir deles, ao promoverem a retomada de ciclos virtuosos de crescimento, são as ferramentas que podem vencer as crises, estejam elas no contexto interno de uma empresa ou na conjuntura de um país.”

O número de empregados públicos nas empresas estatais também caiu no último ano, de acordo com o Boletim das Empresas Estatais Federais. Segundo dados do boletim, houve uma redução de 3.211 pessoas no quadro das estatais. As principais reduções foram: Correios com desligamento de 2.508 empregados, Banco do Brasil com menos 1.492 pessoas no quadro e Caixa Econômica Federal, com uma redução de 1.228 funcionários. Isso é resultado da implementação de programas de desligamento voluntário de empregados - PDVs, que são ferramentas de gestão para adequação do quadro das estatais, alinhados à estratégia empresarial, com a perspectiva de redução das despesas de pessoal e de aumento da eficiência. Em relação a dezembro de 2016, a redução do total

O NÚMERO DE EMPREGADOS PÚBLICOS NAS EMPRESAS ESTATAIS TAMBÉM CAIU NO ÚLTIMO ANO, DE ACORDO COM O BOLETIM DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS



VARIAÇÃO NO VALOR DE MERCADO - em R\$ Milhões

Seleção de algumas empresas estatais federais listadas na B3 (antiga BMF&Bovespa), com variação nos últimos 12 meses conforme quadro abaixo:

	31/08/2017	31/08/2018	Variação R\$	Variação %
Petrobras	180.439,0	272.224,7	91.785,8	50,9%
Banco do Brasil	87.968,3	86.249,1	-1.719,3	-2,0%
Eletrobras	24.606,8	22.005,2	-2.601,6	-10,6%
BB Seguridade	55.440,0	48.960,0	-6.480,0	-11,7%
Petrobras Distribuidora	n.d.*	23.043,7	n.d.	n.d.

*IPO realizado em 15/12/2017

Fonte: Bloomberg, Relatórios de Mercado, Demonstrações Financeiras



Portal Brasil

A Eletrobras, junto com o Banco do Brasil, BNDES, Caixa e Petrobras, representam mais de 93% dos Ativos Totais e do Patrimônio Líquido das Estatais Federais



do quadro de pessoal das empresas estatais federais foi superior a 30 mil empregados, ou seja, uma redução de 5,6% do quadro total.

AS EMPRESAS ESTATAIS DO DISTRITO FEDERAL

O Governo do Distrito Federal possui em sua estrutura 14 Empresas Estatais, pessoas jurídicas de direito privado, organizadas, em sua maioria, sob a forma de sociedades de capital por ações. De acordo com a Lei 13.303/2016, elas se classificam como empresas públicas ou sociedades de economia mista, de acordo com composição de seu capital social. Ademais, algumas dessas 14 empresas possuem subsidiárias e detêm participações minoritárias em outras empresas.

EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO

As empresas estatais são criadas por lei, com área de atuação definida, para a consecução de relevante interesse coletivo. No entanto, em algum momento de sua trajetória que, por alterações na estrutura dos mercados em que atuam ou mudança na demanda da sociedade pelos seus bens ou serviços, algumas dessas empresas podem perder seu objeto e, assim, outra lei autoriza e instrui o fim de suas atividades. Tendo como base diversas normas do direito civil, direito comercial e direito empresarial, visando a finalização de seus negócios e partilha dos resultados da liquidação entre os sócios. Desse modo, ao concluir esse processo, as

O GDF POSSUI EM SUA ESTRUTURA 14 EMPRESAS ESTATAIS, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, ORGANIZADAS, EM SUA MAIORIA, SOB A FORMA DE SOCIEDADES DE CAPITAL POR AÇÕES

empresas estatais tem suas atividades encerradas por meio do instituto da extinção. Duas empresas estatais do DF encontram-se neste momento na situação acima descrita: a Sociedade de

Abastecimento de Brasília S.A. – SAB e a Florestamento e Reflorestamento – Proflora.

Empresa Pública:

- Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. (SAB)

Sociedade de Economia Mista:

- Florestamento e Reflorestamento (Proflora)

O FUTURO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

Com a mudança atual de governo e os rumores de privatização de algumas estatais, fica a pergunta no ar: o que irá acontecer com as empresas estatais no Brasil a partir desse ano. Para Lúcia Gatto, ainda há muitas incertezas, mas ela acredita que o poder público terá a consciência de analisar cada uma das empresas e decidir o melhor para o Estado e sociedade brasileira. “Particularmente, quero crer que os representantes da sociedade civil irão avaliar as empresas públicas caso a caso, individualmente, orientando seus destinos a partir do da defesa do interesse coletivo e de imperativos de segurança nacional, conceitos que incluem, naturalmente, a segurança alimentar da população, a soberania tecnológica e os interesses comerciais e econômicos do Brasil.” Na Embrapa, ela segue crendo no poder dos resultados que produzem e na importância de mantê-la em posse do Governo. “Eu acredito que os resultados produzidos pela empresa hoje, e ao longo dos seus mais de quarenta anos, associados à importância estratégica da sua existência para a defesa do interesse coletivo e da soberania nacional, poderão motivar o desejo de aumento nos investimentos públicos no desenvolvimento de conhecimentos e soluções tecnológicas genuinamente brasileiras, para avanço da produção rentável e sustentável.”

EMPRESAS ESTATAIS DO DF

As Empresas Estatais do DF podem ser classificadas como:

EMPRESAS INDEPENDENTES

Empresa Pública:

- Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)

Sociedades de Economia Mista:

- Banco de Brasília S/A (BRB)
- Companhia Energética de Brasília (CEB)
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb)
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa/DF)
- DF Gestão de Ativos S/A

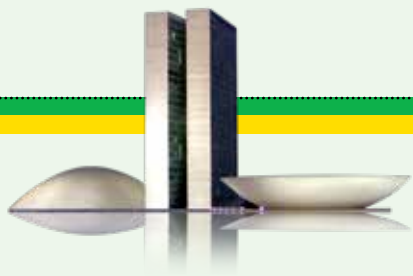
EMPRESAS DEPENDENTES:

Empresas Públicas:

- Companhia Do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô/DF)
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab)
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA (TCB)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater)
- Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)

	EMPRESAS PÚBLICAS	SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
INDEPENDENTE		    
DEPENDENTE	     	
EM LIQUIDAÇÃO		PROFLORA

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal



POLÍTICA E PODER

● RODRIGO MAIA DIZ QUE NÃO É FUNÇÃO DO STF LEGISLAR

O presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia, criticou a decisão do presidente da Suprema Corte, Dias Toffoli, de derrubar liminar de um colega ministro contra a prisão de condenados em segunda instância. De acordo com o parlamentar este tipo de decisão desgasta a imagem do tribunal por suscitar ativismo político, e que a discussão do assunto é de responsabilidade do congresso. “Não tenho dúvida nenhuma que estes temas são do Legislativo. A constituição diz uma coisa e há uma vontade popular que esta decisão seja revisitada. E a gente pode visitar”, afirmou o deputado.



Valter Campanato/Agência Brasil

Nelson Junior/SCO/STF



● RICARDO LEWANDOWSKI DETERMINA PAGAMENTO DO REAJUSTE DE SERVIDORES FEDERAIS EM 2019

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, suspendeu, em decisão liminar, uma medida provisória (MP) que adiava de 2019 para 2020 o pagamento do reajuste salarial, de até 6,3%, dos servidores públicos federais. A postergação tinha sido proposta pelo presidente Michel Temer para tentar aliviar os cofres públicos. Cerca de 209 mil servidores em exercício e 163 mil inativos seriam atingidos. De acordo com o governo, a decisão impactará os cofres da União em 4,7 bilhões, só no primeiro ano de gestão do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). A decisão do magistrado atende um pedido da Associação Nacional de Médicos Peritos da Previdência Social. O Governo ainda pode recorrer da decisão, que tem caráter provisório.

José Cruz/Agência Brasil

● PROCURADORA GERAL DA REPÚBLICA CONTESTA REFORMA TRABALHISTA



A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, uma série de pareceres em que se manifesta pela inconstitucionalidade de alguns dispositivos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), em vigor desde 11 de novembro de 2017. Entre os pontos contestados pela procuradora-geral, estão a necessidade de prévia recomendação médica para o afastamento de empregadas gestantes ou lactantes de atividades insalubres, a correção de depósitos judiciais de créditos trabalhistas pela Taxa Referencial (TR) e o estabelecimento de limites máximos a serem observados pelos juízes na fixação do valor de indenização por danos decorrentes da relação de trabalho. A procuradora pede a suspensão imediata de trechos que abrem espaços para a violação dos direitos e princípios fundamentais trabalhistas.



O que buscamos para 2019?

O ano de 2019 se aproxima. A palavra de ordem nessa época de transformação no calendário é de busca. A nação brasileira é adepta às listas de resoluções. Bom mesmo é preparar as metas, ações e objetivos a serem cumpridos no ano seguinte. Nesse momento, a esperança se renova e o desejo do coração é de trazer os sonhos para perto.

Um estudo do Centro de Pesquisas Rachid Mohamad Chibib da Faculdade PIO XII do Estado do Espírito Santo revelou que os maiores sonhos das famílias para o próximo ano estão na busca de um equilíbrio emocional. Os entrevistados disseram que 32,90% querem ter mais saúde; 26,29% anseiam em ter tempo de qualidade com os familiares; 34,03% buscam mais segurança e 16,77% preferem ter mais diálogo e brigar menos. Ou seja, o brasileiro quer estar perto de pessoas.

Na contramão dessa pesquisa, o cenário nacional brasileiro busca uma agenda de reformas estruturantes, como por exemplo, no sistema fiscal. A tributação brasileira é uma colcha de retalhos, complexa, oscilante, anacrônica, não transparente e pesada. O regime abre margem para a ilegalidade e mantém uma guerra fiscal entre os Estados e Municípios. Em dezembro, uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o texto da Proposta de Emenda à Constituição 293/04, que analisa a reforma tributária.

O novo regime entrará em vigor a partir de 2019 e levará 15 anos para ser totalmente modificado, mas até o momento há uma tempestade de perguntas sem respostas: Como ficam as desonerações? Como ficam as concessões de benefícios fiscais? Como ficam as alíquotas? Como o mercado vai reagir a essa unificação de impostos? Vai simplificar ou vai complicar?

Toda mudança pode ser propositiva, e diz que quando a “economia vai bem, o Brasil vai bem”. A expectativa do mercado é balizar os gargalos que agonizam a nação há décadas e que as atividades econômicas cresçam e se tornem mais competitivas. O Brasil pode mais e tem todas as condições para isso.

Sabe-se que agenda de reformas deverá continuar, mas a sociedade também é provocada a melhorar os seus comportamentos. Em tempos de corrupção, crise e estrangulamento das instituições públicas, as pessoas que movem esse Brasil não representam apenas uma classe de trabalhadores. Essas

pessoas vivem outro contexto tão importante quanto: as famílias, e por isso, o que ela quer de verdade é cercar-se de pessoas.

Portanto, é preciso buscar a paz social, respeitar as divergências de opiniões, e entender que cada pessoa faz parte de um mundo. Em 2019, o que o mundo busca e espera das pessoas e das autoridades que nele vivem é responsabilidade. ●

Hulda Rode é jornalista, escritora e diretora-executiva da Editora HR.

“A tributação brasileira é uma colcha de retalhos, complexa, oscilante, anacrônica, não transparente e pesada”





O STF está tomando o lugar do Poder Legislativo?

Até onde as ações do Judiciário demonstram a falta de celeridade dos poderes Legislativo e Executivo e quanto essas ações políticas interferem na eficiência do Estado.





LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



A Câmara dos Deputados é responsável por analisar e decidir sobre questões de bem-estar social, econômico e político.

● Bárbara Mattar

Da Redação

Você já notou que, em alguns momentos, a justiça toma decisões que parecem ser responsabilidade de outros poderes, como por exemplo, os julgamentos de casos de grande repercussão, como o Mensalão e a Lava Jato? Talvez já exista um costume em perceber a participação jurídica em decisões políticas, mas vale ressaltar que elas não ocorrem de maneira natural. Há uma expressão que conceitua a interferência regular e significativa do Poder

Judiciário nos Poderes Legislativo e Executivo: judicialização da política.

Esse fenômeno pode ser entendido através de quatro eixos: o aumento do impacto de decisões judiciais em causas políticas e sociais; o processo em que conflitos políticos são levados ao Judiciário para uma resolução; em um âmbito discursivo, judicialização da política reflete o nível pelo qual a legitimidade de um governo é continuamente construída junto da percepção da sociedade da capacidade e credibilidade de se manter o Estado de direito e proteção de direitos; o uso crescente do sistema judiciário por

agentes e grupos políticos a fim de gerar uma mobilização em torno de interesses políticos, sociais e econômicos específicos.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Jayme de Oliveira, a judicialização ocorre quando o Poder Judiciário é provocado por terceiros, sempre respeitando o bem comum e os direitos garantidos na Constituição.

“Em linhas gerais, pode-se compreender a judicialização da política como a solução de questões de grande relevância pelo Poder Judiciário que, ao ser provocado por terceiros, profere

decisões, com base na legalidade, que interferem em outros Poderes, a exemplo da implementação de políticas públicas. Tem-se, então, novas demandas e a intervenção do Judiciário em questões que, a princípio, competiriam a outro Poder. É um fenômeno observado em diversas sociedades contemporâneas e que evidencia um crescimento, um redimensionamento do poder do Judiciário.”

Mas esse, certamente, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Em países como Turquia, Grã-Bretanha, Israel e Coreia do Sul, os tribunais também usaram seu poder para tomar decisões importantes para o Estado. No caso da Coreia do Sul,

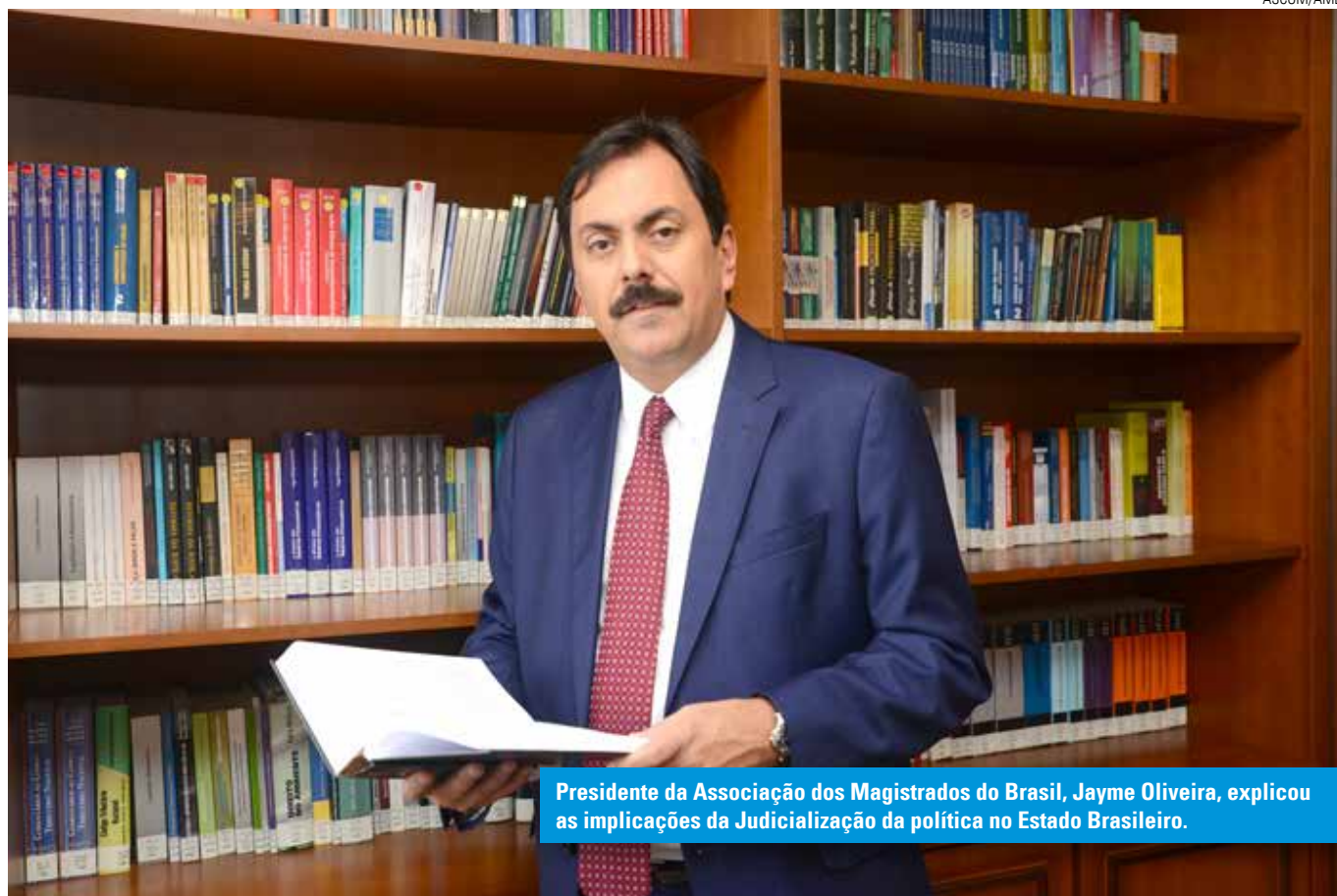
PARA O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL, JAYME DE OLIVEIRA, A JUDICIALIZAÇÃO OCORRE QUANDO O PODER JUDICIÁRIO É PROVOCADO POR TERCEIROS, SEMPRE RESPEITANDO O BEM COMUM E OS DIREITOS GARANTIDOS NA CONSTITUIÇÃO

o Tribunal Constitucional chegou a anular o impeachment da então Presidente da República Choi Soon-sil. Aqui, o Supremo Tribunal Federal interfere, além das questões políticas, também em casos no âmbito social, financeiro e até ambiental.

A pergunta que fica é: estaria o Judiciário tomando o lugar do parlamento em decisões diversas por transferência de responsabilidades ou essas ações demonstram a procrastinação de o poder legislativo atender as demandas populacionais?

Para Jayme Oliveira, essa questão não é tão simples de resolver e talvez o caso não seja a falta de celeridade do Legislativo. “Não necessariamente,

ASCOM/AMB



Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Jayme Oliveira, explicou as implicações da Judicialização da política no Estado Brasileiro.



NELSON JÚNIOR/ASCOM/STF



Supremo Tribunal Federal precisa ser provocado a tomar decisões de cunho legislativo

especialmente se a judicialização da política for compreendida como reflexo de um modelo democrático e intervencionista de Estado, com vista à efetivação de direitos e promoção da igualdade social. Tem se verificado casos de intervenção por omissão legislativa, como por ausência de implementação de políticas públicas ou má utilização dos recursos públicos.”

Sendo assim, o STF precisa saber em quais casos aceitar as provocações populacionais e até políticas para tomar suas decisões. Pode-se mencionar como relevante razão para essa interferência a efetivação de direitos fundamentais aos cidadãos, a diminuição de desigualdades sociais e garantia do Estado Democrático de Direito. São situações, portanto, que o Poder não atende às metas constitucionais, estando o Judiciário legitimado

É INEGÁVEL A FACETA NEGATIVA DA JUDICIALIZAÇÃO. QUANDO ELA ENTÃO OCORRE, É A EVIDÊNCIA DE QUE A MATÉRIA NÃO FOI ATENDIDA PELO MODO NATURAL, QUE SERIA POR VIA DE SOLUÇÕES LEGISLATIVAS OU SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS.

a intervir, desde que provocado, para efetuar o controle jurídico destes atos e omissões, com vista à concretização da Constituição Federal.

É de suma importância destacar que no caso de deslocamento de conflitos políticos para o Judiciário, cabe a este solucionar o caso levando em consideração os fundamentos jurídicos e não políticos. Não possui o Judiciário, assim, ampla liberdade na solução dessas demandas “políticas” que lhe chegam, estando submetido, também nestes casos, ao sistema constitucional vigente para a tomada de suas decisões. Estas decisões que imponham o controle jurídico de atos ou omissões de outro Poderes ocorrem em função da concretização do texto constitucional.

Por outro lado, há que se ter em mente que o alcance da justiça social e do bem-estar do cidadão, indicados na Constituição, devem balizar as escolhas dos gestores e governantes, não lhes sendo permitido afastar-se desse escopo, sob o argumento



Judicialização da política revela, muitas vezes, a ineficiência do Poder Legislativo na tomada de decisões de cunho social.

da discricionariedade administrativa, que é a liberdade conferida à Administração Pública de atuar e tomar decisões dentro dos limites da lei. Nessa perspectiva, seria a possibilidade do agente de, dentre os comportamentos cabíveis, eleger o que confira a solução mais adequada à finalidade legal. Não pode, assim, em momento algum, confundir-se com arbitrariedade.

É inegável a faceta negativa da judicialização. Quando ela então ocorre, é a evidência de que a matéria não foi atendida pelo modo natural, que seria por via de soluções legislativas ou soluções administrativas. Por outro lado, o aspecto positivo é claro, pois mesmo nesses casos de inércia ou mau funcionamento dos outros Poderes, ainda existiria um meio, via Judiciário, de tutelar um direito fundamental não observado. E nesse âmbito, o STF tem ganhado cada vez mais espaço e a escolha rápida da população quando assuntos importantes deixam de ser discutidos no parlamento. Uma mãe, grávida de um bebê anencefálico, não pode aguardar que as pastas sejam

**QUEM PROVOCA
O TRIBUNAL PARA
TOMAR DECISÕES
ANTES PAUTADAS
NOS PLENÁRIOS
LEGISLATIVOS, TAMBÉM
É O MESMO QUE ACUSA
E APONTA O DEDO PARA
OS ERROS JULGADOS
SOCIALMENTE E PARA
AS DECISÕES TOMADAS
PELOS MAGISTRADOS.**

discutidas lentamente pela Câmara e Senado e então recorre ao Tribunal, que, às vistas da população, são mais céleres na resolução de conflitos.

O que ocorre, com tudo isso, é que, muitas vezes, a cobrança também desloca-se. Quem provoca o Tribunal para tomar decisões antes pautadas nos plenários legislativos, também é o mesmo que acusa e aponta o dedo para os erros julgados socialmente e para as

decisões tomadas pelos magistrados. Isso demonstra não só a participação popular, mas também que o brasileiro tem encontrado novos caminhos para as resoluções de conflitos para o bem comum e social.

Mas é sempre bom lembrar que apesar da legalidade do ato de judicialização política, o Poder que deve, por obrigação, ser provocado em primeiro lugar a atender demandas e resolver conflitos é, sem dúvidas, o Legislativo, afinal de contas ele é formado por homens e mulheres postos no cargo através de votos populares e portanto devem responder com celeridade e eficácia o que lhes é solicitado, respeitando o que rege a lei. Do outro lado, com todas as obrigações também sociais e políticas, estão onze ministros que não ocupam seus cargos por votação popular, mas sim por processo concursatório e de indicação. É preciso aproximar-se das decisões tomadas por eles, seja qual for o assunto, mas sem deixar de lado a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, posto às ordens da população e das suas necessidades. ●



CLDF garantirá governabilidade de Ibaneis Rocha

Pelo menos 14, dos 24 deputados eleitos apoiarão o novo governador do Distrito Federal





**Vista lateral do
Palácio do Buriti.**



Carlos Gandra/CLDF



● Da Redação

O governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), iniciará o seu mandato com uma base forte na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Segundo o jornal Correio Brasiliense, dos 24 deputados eleitos 14 declaram abertamente apoiar a agenda do advogado. Três – 2 do PT e 1 do PSOL – farão oposição direta ao governo, enquanto o restante se manifesta independente, ou seja, não serão situação mas também não farão oposição o tempo inteiro.

Estes números indicam que o futuro governador deve ter um cenário de governabilidade. Diferente de Rodrigo Rollemberg (PSB), atual governador do DF, que teve oposição da maioria dos deputados já no início do seu mandato,

e mais tarde acabou perdendo o pouco apoio que ainda tinha na casa.

Rollemberg foi candidato a reeleição, mas acabou sendo derrotado por Ibaneis no segundo turno. O PSBista deixa o comando do DF como o governador que teve o relacionamento mais complicado com a CLDF.

Cerca de 60% das cadeiras da casa foram renovadas nesta última eleição. Dos 24 deputados já com mandato, apenas 7 se reelegeram. É a maior taxa de renovação da história desde a criação da CLDF.

SITUAÇÃO

Um dos parlamentares da base governista, Claudio Abrantes (PDT) criticou o modelo de relacionamento da atual gestão: “faltou respeito, faltou colocar as coisas de maneira clara”. O deputado, que foi oposição ao governo

60% DOS MANDATOS DA CLDF SERÃO EXERCIDOS POR NOMES NOVOS NO LEGISLATIVO LOCAL. É A MAIOR RENOVAÇÃO DE CADEIRAS NA CASA DESDE A SUA CRIAÇÃO.

Rollemberg, espera uma postura diferente de Ibaneis. “Tenho esperança que não trate a Câmara como um puxadinho”, enfatizou.

O distrital reeleito Rafael Prudente (MDB) acredita que “com o governo Ibaneis, não vamos precisar de tantos embates” e que isso fortalecerá a relação entre a CLDF e o Palácio do

Buriti. “Ele se comprometeu a ter um diálogo muito mais amplo”, comentou.

“Por ele ser advogado, operador do direito e defensor das leis, espero que possa cumprir tudo que for feito por nós e as leis que já existem. Acredito nessa promessa de garantir a legalidade”, disse o distrital Jorge Vianna (Podemos), que também acredita no estreitamento de laços entre os dois poderes.

OPOSIÇÃO

A oposição ficará a cargo dos deputados Arlete Sampaio e Chico Vigilante do Partido dos Trabalhadores, e por Fábio Félix do PSOL. Ambos devem resistir mais aos projetos encaminhados a casa pelo Buriti.

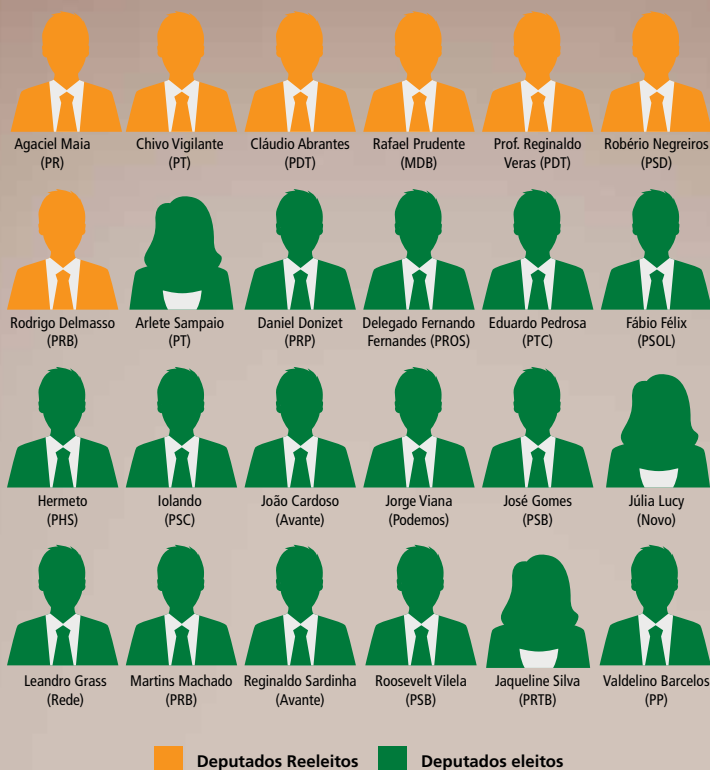
Chico Vigilante (PT) disse que será “implacável” para cobrar as promessas feitas pelo governador durante o período de campanha. “Não se pode se comprometer a fazer tantas coisas e não cumpri-las”, afirmou. “Não seremos oposição contra os projetos bons para a cidade, colaboraremos com o que for positivo e tentaremos melhorar o que não for”, ressaltou Arlete Sampaio (PT).

INDEPENDÊNCIA

Até os deputados eleitos pelo partido do atual governador, PSB, decidiram não ser opositores ao novo governo. “Essa coisa de oposição e situação é horrível. Precisamos pensar em Brasília. Vamos fiscalizar e apoiar o que for bom. Sou da segurança pública, quero ver esse aumento de 37% que ele prometeu as corporações com o orçamento que temos”, disse Roosevelt Vilela (PSB).

Outros deputados que optaram pela independência, em vez da oposição ou situação, também disseram que estarão a favor da cidade. “Se for

DOS 24 DEPUTADOS JÁ COM MANDATO, APENAS 7 SE REELEGERAM.





Andre Borges/Agência Brasília

Tudo indica que nos primeiros meses de governo, Ibaneis Rocha (MDB) não deve ter dificuldades em aprovar projetos.

projetos positivos serei favorável. Se forem ruins, serei contrária”, afirmou Júlia Lucy, eleita pelo Novo.

GOVERNABILIDADE

Tudo indica que, pelo menos, nos primeiros meses de governo, Ibaneis Rocha (MDB) não deve ter dificuldades em aprovar projetos. Se tudo continuar indo como está, o governador deve conseguir realizar boa parte das promessas de campanha.

Outra façanha que pode garantir um bom governo ao MDBista é a aproximação com o governo Federal, que além do Fundo Constitucional pode destinar verbas extras ao DF. O professor de Análise Política da Universidade de Brasília, ouvido pelo Correio, explica que é importante para o governador ter um bom relacionamento com o presidente. “Ter maior afinidade possibilita ser incluído em outros projetos, grupos de trabalho e em ações acima do âmbito do DF. Se a relação for ruim, o governador terá que trabalhar por conta própria”. ●

DEPUTADO DISTRITAL ELEITO	PARTIDO	POSIÇÃO POLÍTICA JUNTO AO GOVERNO DO DF
Agaciel Maia	PR	Independente
Arlete Sampaio	PT	Oposição
Chico Vigilante	PT	Oposição
Cláudio Abrantes	PDT	Situação
Daniel Donizet	PRP	Situação
Delegado Fernando Fernandes	PROS	Situação
Eduardo Pedrosa	PTC	Situação
Fábio Félix	PSOL	Oposição
Hermeto	PHS	Situação
Iolando	PSC	Não informou
João Cardoso Professor-Auditor	Avante	Situação
Jorge Vianna	Podemos	Não informou
José Gomes	PSB	Não informou
Júlia Lucy	Novo	Independente
Leandro Grass	Rede	Independente
Martins Machado	PRB	Situação
Professor Reginaldo Veras	PDT	Independente
Rafael Prudente	MDB	Situação
Reginaldo Sardinha	Avante	Situação
Robério Negreiros	PSD	Situação
Rodrigo Delmasso	PRB	Situação
Roosevelt Vilela	PSB	Independente
Jaqueline Silva	PRTB	Não decidiu
Valdelino Barcelos	PP	Situação



Gestão Estratégica de Riscos e Compliance

OBJETIVO

Apresentar e discutir o cenário atual, onde a demanda por conformidade e controle de riscos está diretamente ligada à definição das estratégias da empresa. Identificar e ponderar os níveis de exposição e as ferramentas de controle mais eficazes, a partir da análise de situações concretas e seus efeitos. Desenvolver premissas que orientem a gestão dos negócios a partir da perspectiva dos riscos associados, formulando proposições a partir das metodologias e ferramentas mais aplicadas nas empresas de grande desempenho. Formular modelos e soluções capazes de servir e garantir o sucesso na implementação dos programas de conformidade.

PÚBLICO-ALVO

Executivos responsáveis pela liderança nas organizações de médio e grande porte, cujo aturamento seja de pelo menos R\$ 100 milhões, e cuja

exposição a riscos demande o aprimoramento de seus sistemas de controle. Também se destina aos executivos das áreas de Conformidade (Compliance), Auditoria, Legal, Comercial e Finanças, interessados em assegurar a gestão eficiente dos riscos da empresa, em linha com as estratégias e os objetivos do negócio.

PROGRAMA

• O que deu errado?

Análise dos casos mais recentes em matéria de gestão de risco e Compliance. Causas dos problemas, agentes envolvidos, stakeholders impactados, consequências para as empresas, para os negócios e para os administradores. Legislação e regulação incidentes. Falhas nos processos de gestão e controle. Dolo ou culpa.

• Papéis e Responsabilidades

O papel dos agentes na empresa. Comprometimento e liderança da Alta Direção (tone from the top). Multiplicadores. Jurídico e Compliance. Compliance e Auditoria. Auditoria Interna e Auditoria Externa. Influência dos stakeholders e sua ponderação.

• Sistema de Conformidade e Gestão de Riscos

Princípios e normas associadas à gestão de risco e

ao Compliance. Legislação aplicável e contexto histórico. Regulação do Estado e normatização interna (políticas e procedimentos da empresa). Mecanismos de controle e ferramentas de gestão de riscos. Tratamento de ocorrências e gerenciamento das contingências.

• Desafios na implantação de uma Cultura de Compliance e Comunicação

Avaliação situacional, precedentes e ambiente de mercado. Dimensão geográfica e social, costumes e práticas. Programa de Conformidade e sua adequação às características da empresa ("customização"). Ferramentas e veículos de comunicação. Monitoramento e avaliação contínuos.

PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo compreende análise curricular e entrevista (presencial ou virtual). Ele será iniciado mediante o preenchimento da ficha de inscrição, o upload, obrigatório, do currículo profissional e acadêmico.

A análise de perfil tem previsão de resposta de até 07 dias úteis. Se aprovado, o próximo passo para conclusão do processo é a entrevista, que será marcada de acordo com a disponibilidade de agenda e por ordem de chegada da inscrição.

Mais informações: <https://mgm-saopaulo.fgv.br/cursos/gestao-estrategica-de-riscos-compliance>





O governo Bolsonaro conseguirá reduzir a criminalidade?

Após o terremoto político que reduziu a escombros boa parte do mundo político nacional estruturado após a redemocratização do país, o novo governo saído das urnas vai adquirindo as suas feições iniciais, principalmente depois da composição do ministério, que, sob o comando do presidente Bolsonaro, tomará posse em janeiro do ano vindouro.

Do conjunto dos seus ministros, a grande novidade é representada pela presença do ex-juiz federal Sergio Moro, que se transformou num ícone da operação “lava jato”, que há mais de quatro anos vem revelando ao país o quadro de corrupção sistêmica protagonizada pela parcela majoritária da nossa classe política e por grandes segmentos do mundo empresarial.

Surfando numa onda inédita de indignação em face desse contexto e embasado num discurso fortemente contrário à corrupção e à violência que aterroriza a população, e tendo como pano de fundo uma crise econômica e social gerada pela maior recessão dos últimos oitenta anos da nossa história, bem como contrariando a quase unanimidade dos prognósticos eleitorais realizados antes de iniciado o processo eleitoral, o senhor Jair Bolsonaro conquistou a maioria dos votos válidos e sagrou-se o próximo presidente da república. Por isso mesmo, o novo governo assumirá tendo à frente o desafio de sanear as finanças públicas, retomar o crescimento econômico e reduzir os níveis alarmantes de desemprego, malversação dos recursos públicos e insegurança pública.

Como se vê, caberá ao futuro ministro da Justiça e da Segurança Pública formular e implementar políticas públicas e iniciativas legislativas responsáveis por esses temas centrais do futuro governo e a respeito dos quais há fundadas e generalizadas expectativas por parte população, mesmo entre

aqueles que não votaram no presidente eleito, posto que, em maior ou menor grau, alcançam todos os estratos sociais

Nesse sentido, até pelo que já antecipou em entrevistas, o futuro ministro da Justiça deverá priorizar, no âmbito da sua pasta, o combate à corrupção e ao crime organizado. E para isso indicou como seus futuros auxiliares importantes quadros

da polícia federal, com larga experiência em boa parte desses temas.

Pela dimensão nacional desses problemas e por limitações constitucionais, sozinho, o governo federal não atenderá a contento a demanda da sociedade, impondo-se, por isso mesmo, ao lado das suas iniciativas, um amplo trabalho de articulação nacional, envolvendo principalmente os governos estaduais, sobre cujas atribuições recaem o grosso da responsabilidade sobre o tema da segurança pública. E aqui reside um dos nós da questão.

Como se sabe, são históricas, como regra, a omissão e a incompetência dos governadores na luta contra a criminalidade. Entre muitos outros dados, avulta o número de 64 mil homicídios dolosos perpetrados em 2017 no território nacional, dos quais menos de dez por cento são esclarecidos. Em relação aos demais delitos graves, menos de cinco por cento são esclarecidos. Tudo isso, sem nenhuma

perspectiva de redução. As secretarias de segurança são tidas como instâncias administrativas de segunda categoria na generalidade dos governos estaduais e são tocadas sob a égide da improvisação e do antiprofissionalismo. Isso explica a desvalorização a que estão submetidos os profissionais dessa área e as precárias condições de trabalho em que atuam.

Idêntica tragédia se observa em nosso sistema penitenciário. São quase inexistentes programas de prevenção e de ressocialização voltados para a população carcerária, cada vez mais submetida às facções criminosas que dominam, de

“São quase inexistentes programas de prevenção e de ressocialização voltados para a população carcerária, cada vez mais submetida às facções criminosas que dominam, de maneira crescente, as unidades prisionais”

maneira crescente, as unidades prisionais. Nesse ambiente, essas facções adquiriram níveis de organização e ousadia que lhes permitiram expandir os seus domínios por amplas áreas do território nacional e para alguns dos países vizinhos ao território brasileiro. O PCC, para ficar no exemplo mais emblemático, nascido, criado e consolidado sob as barbas dos governadores de São Paulo, já compõe a pauta de “produtos de exportação” desse estado e do país.

Acrescente-se a esse cenário desolador o quadro falimentar da maioria dos estados da federação, cujas finanças públicas, destruídas pela corrupção e pelas más gestões de quase todas as suas administrações, não oferecem mínimas condições de melhoria dos investimentos que as áreas sociais reclamam desesperadamente, entre elas a da segurança pública.

Numa análise panorâmica, perfunctória e incompleta dos pontos aqui abordados, verifica-se que boa parte das soluções dos problemas a serem enfrentados pela futura administração federal no tocante à luta anticorrupção e ao combate ao crime organizado está inafastavelmente associada à reconstrução – em bases sólidas, saudáveis e sustentáveis – das finanças públicas dos governos federal e estaduais.

Apesar dessas dificuldades, se de fato houver vontade e empenho políticos por parte do novo governo federal, particularmente no que diz respeito a desenvolver um competente e permanente trabalho de articulação política junto ao Congresso Nacional, será possível avançar na consolidação, ampliação e aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos existentes e que têm servido de base para o sucesso, ainda que parcial, dos enfrentamentos judiciais travados nos últimos anos contra parcela daqueles que promovem a apropriação criminosa dos recursos públicos entre nós.

Diga-se, a propósito, que um bom receituário para o fortalecimento desse processo de mudanças legais e institucionais está consubstanciado no pioneiro e primoroso trabalho desenvolvido de maneira articulada por mais de trezentas entidades da sociedade civil, que, sob a coordenação da Transparência Internacional e da Fundação Getúlio Vargas, apresentou um Relatório com 70 Novas Medidas Contra a Corrupção, incluindo propostas legislativas e administrativas para a consecução dos objetivos ali delineados.

Já no tocante às mudanças especificamente voltadas para a temática relativa ao crime organizado e à criminalidade comum, com destaque para os delitos praticados com o emprego de violência e grave ameaça, bem como aos crimes praticados sem violência mas de relevante repercussão social, impõe-se uma minudente revisão da nossa legislação penal,

processual penal e de execução penal, com o objetivo de suprimir os anacronismos e absurdos nelas contemplados e que acabam por facilitar a impunidade dos seus autores.

Apenas a título de ilustração, é necessária uma mudança expressiva nos pontos referentes aos prazos prescricionais e às suas causas interruptivas, nas regras de progressão de regime, nas penas mínimas previstas para delitos inegavelmente graves, nos benefícios manifestamente exagerados contemplados pela lei de execução penal etc.

Não se trata de criar uma legislação penal draconiana e desumana, mas de estabelecer um grau razoável de proporcionalidade entre a gravidade dos delitos e as penas a eles cominadas, inclusive no tocante às suas condições de cumprimento.

O Brasil já vive sob a égide do chamado direito penal mínimo. E caminhamos celeremente para o direito penal nenhum, tamanha a impunidade vigente no país.

Urge, portanto, reverter esse quadro.

Essa agenda é grande e complexa, porém, inadiável. Sem vencer a luta contra a corrupção e a criminalidade, assistiremos ao crescente descrédito da democracia.

Igualmente importante atentarmos para o fato de que os inimigos dessa agenda estão mais vivos do que nunca, inclusive no Congresso Nacional, e tudo farão para inviabilizá-la, daí a imprescindibilidade de mobilizarmos a sociedade para defendê-la em todos os cenários em que ela se desenvolver.

O governo Bolsonaro assumirá o país cercado de dúvidas e incertezas, principalmente por algumas das suas escolhas ministeriais, nitidamente realizadas a partir de discutíveis critérios ideológicos. Mas é inegável o seu acerto na escolha do futuro ministro Sérgio Moro, que tem todas as credenciais para propor e tocar um conjunto de iniciativas que, se apoiadas firmemente pelo seu governo, promoverão mudanças há muito reclamadas pela população brasileira.

Assim, o avanço no enfrentamento da cleptocracia brasileira, no fechamento das porteiras jurídicas que lhe tem garantido histórica impunidade, no fortalecimento e aperfeiçoamento do arcabouço jurídico e institucional das instituições de repressão, controle e fiscalização do universo da criminalidade, sempre em consonância com os limites constitucionais, abrirão novas perspectivas para o êxito de um novo patamar civilizatório a que faz jus a sociedade brasileira. ●

Carlos Cardoso de Oliveira Júnior é procurador de Justiça aposentado do Ministério Público de São Paulo. Membro do Movimento do Ministério Público Democrático



Prêmio Nacional de Inovação



O Prêmio Nacional de Inovação é uma iniciativa da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O objetivo do prêmio é incentivar e reconhecer os esforços bem-sucedidos de inovação e gestão da inovação nas organizações que atuam no Brasil.

CATEGORIAS

Gestão de Inovação

Esta categoria reconhece as organizações que, por meio da implementação de processos, métodos, técnicas e ferramentas de gestão da inovação, produzem um ambiente profícuo à geração de inovações. A avaliação desta categoria identifica o nível da capacidade de inovação por meio da aderência aos fundamentos estabelecidos e da relação com efetivos resultados para a organização.

Inovação

Essa categoria reconhece as inovações que contribuíram para o aumento dos níveis de competitividade da empresa. A avaliação considera os efeitos produzidos sobre os resultados da inovação na organização, tomando como base as definições apresentadas pela 3ª edição do Manual de Oslo. Esta

categoria divide-se nas subcategorias abaixo:

- Inovação de produtos (bens ou serviços).
- Inovação em processos.
- Inovação em marketing.
- Inovação organizacional.

MODALIDADE

MODALIDADE 1:

Empreendedor Individual, Micro ou Pequena Empresa com receita bruta anual inferior ou igual a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

MODALIDADE 2:

Média Empresa do setor industrial, com receita bruta anual superior

a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e menor ou igual a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

MODALIDADE 3:

Grande Empresa do setor industrial, com receita bruta anual superior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

DIFERENCIAL

Relatório de Avaliação elaborado por especialistas na área será disponibilizado para cada empresa inscrita no Prêmio Nacional de Inovação, conforme a etapa alcançada e as informações constantes no formulário de inscrição.

Etapas do Prêmio	Início	Término
Inscrições	20/09/18	14/12/18
Validação Virtual	14/12/18	25/01/19
1ª Banca de Juízes	25/01/19	18/02/19
Visitas de Avaliação	18/02/19	30/04/19
2ª Banca de Juízes	30/04/19	15/05/19
Cerimônia do Prêmio Nacional de Inovação 2018 / 2019		10/06/19



Prêmios de Comunicação

Os prêmios de Comunicação concedidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) têm mais de 50 anos de história marcados pela escolha de trabalhos com extraordinária qualidade técnica, trazendo profunda seriedade temática e com toques de beleza singular. Os bispos, no correr desse tempo, destacaram filmes de curta e longa metragem, programas radiofônicos, reportagens e documentários em vídeo, matérias publicadas em revistas e jornais impressos e, ultimamente, tem colocado em relevo iniciativas no ambiente da internet.

Os prêmios são entregues a todos os trabalhos nos campos do Cinema (Prêmio Margarida de Prata), Rádio (Prêmio Microfone de Prata), TV (Prêmio Clara de Assis), Imprensa (Prêmio dom Hélder Câmara) e da Internet (Prêmio dom Luciano Mendes de Almeida) escolhidos por jurados de especialistas – professores de quatro universidades católicas e de profissionais da Rede Católica de Rádio (RCR) – e por um júri especial

de bispos nomeados pelo Conselho Episcopal Pastoral da CNBB. O critério decisivo para a escolha dos vencedores é a relevância que aparecem valores humanos e cristãos nos trabalhos inscritos. São acolhidas inscrições de obras realizadas entre 1º e 31 de dezembro de 2018.

Todos os profissionais engajados nesses campos da comunicação e da arte, como cineastas, jornalistas, produtores, publicitários, radialistas, idealizadores, realizadores podem se inscrever conforme as regras do Edital/Regulamento. Não é necessário que o trabalho seja realizado no ambiente da Igreja, todos os comunicadores do bem são convidados a participar. As inscrições se encerram no dia 31 de janeiro de 2019 e a entrega dos prêmios para os vencedores será no dia 19 de julho de 2019, durante o 11º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Goiânia (GO).

As inscrições podem ser feitas no endereço:
<http://premios.cnbb.org.br/inscricao>.



PRÊMIO SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA

O Prêmio SBM tem como objetivo distinguir o melhor artigo original de pesquisa em Matemática publicado recentemente por jovem pesquisador residente no Brasil. O julgamento é baseado nos seguintes parâmetros: originalidade, relevância, profundidade e potencial de impacto no desenvolvimento da respectiva área.

O Prêmio SBM é concedido a cada dois anos, por ocasião do Colóquio Brasileiro de Matemática. O valor do prêmio, a composição da banca julgadora e os requisitos e procedimentos para apresentação de candidaturas são definidos por regulamento aprovado pelo Conselho Diretor para cada edição do certame.

As indicações deverão ser enviadas para o e-mail premiosbm@sbm.org.br até o dia 28 de fevereiro de 2019

Buscando a excelência na



administração pública



IBAP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARCERIAS INSTITUCIONAIS



IASIA
International Association of Schools
and Institutes of Administration



DPADM/ONU
Divisão de Administração Pública e Gestão
do Desenvolvimento das Nações Unidas

EVITE OS SINTOMAS DA CRISE.

REMÉDIO PARA QUEDA NAS VENDAS



POSOLOGIA

Uma dose de conversa diária com sua agência, de preferência no almoço

CONTRA-INDICAÇÃO

Não indicado para a concorrência

EFEITOS COLATERAIS

Ânimo elevado devido aos resultados

RECOMENDAÇÃO

Não suspenda a medicação



albania
PUBLICIDADE

☎ 61 3475 9999